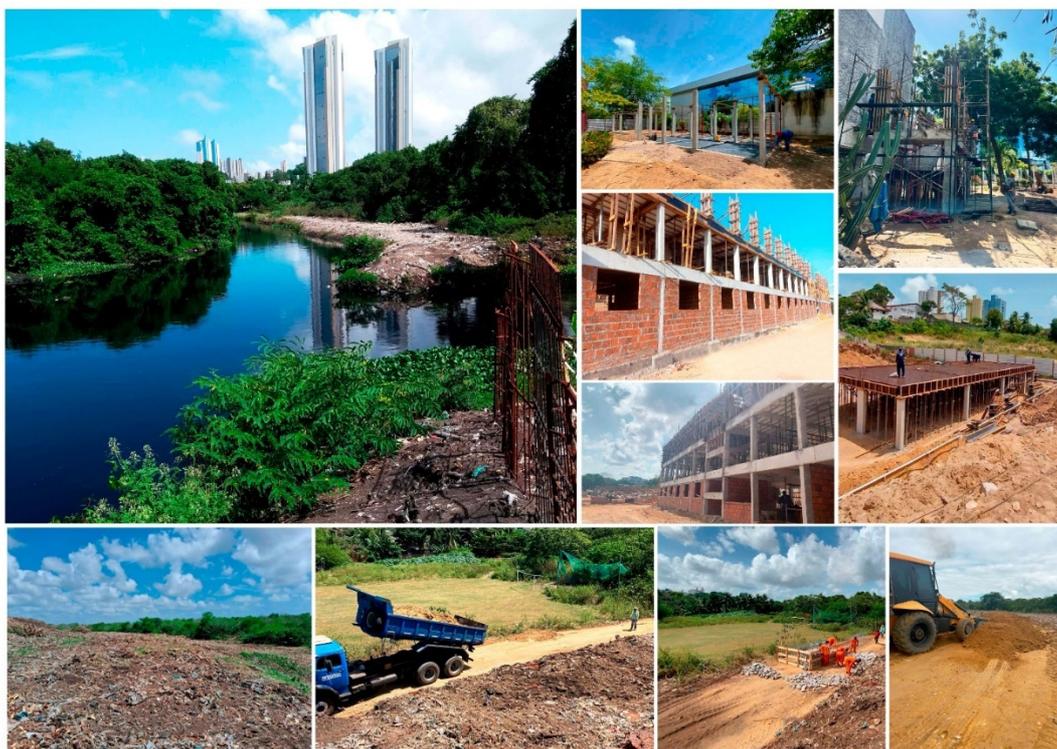


## RELATÓRIO SEMESTRAL DE PROGRESSO DO PROGRAMA E SUAS AÇÕES

### PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL



**Março, 2024**

**João Pessoa – PB**

<b>ORGANISMO FINANCIADOR</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
<b>MUTUÁRIO</b>	Prefeitura Municipal de João Pessoa Cícero Lucena Prefeito
<b>ORGANISMO EXECUTOR</b>	Prefeitura Municipal de João Pessoa
<b>UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA</b> <b>– UEP</b>	<b>Antônio Elizeu de Medeiros</b> Coordenador Geral do Programa  <b>Eduardo Silveira Frade</b> Assessor jurídico  <b>Mayara Santos</b> Assessor jurídico  <b>Rejane Negreiros</b> Assessora de Comunicação  <b>Mariana Moura Fontenelete de Brito</b> Assessora Técnica - Coordenação Geral  <b>Guilherme Monteiro dos Guimarães</b> Assessor Técnico – Coordenação Geral  <b>Joseuma de Souza Barbosa</b> Coordenador de Fortalecimento da Gestão Pública  <b>Bruno Reis Crispim</b> Coordenador de Tecnologia da Informação  <b>Juliane Sousa de Ataíde</b> Coordenação de Aspectos Ambientais  <b>Joelma Medeiros</b> Coordenação de Aspectos Sociais  <b>Caio Mario Silva e Silva</b> Coordenação de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade  <b>Ana Paula Cavalcanti Donato</b> Coordenação do Centro de Cooperação da Cidade  <b>Juliana de Oliveira Medeiros</b> Coordenadora Administrativa e Financeira

**Vinicius Eduardo Mendes de Menezes**

Assessor Técnico - Administrativo e Financeiro

**Vandeivi Amâncio**

Presidente da Comissão Especial de Licitação

**Ana Cláudia Martins**

Assessora Técnica – Comissão Especial de Licitação

## Lista de Figuras

Figura 1 - Localização Geográfica João Pessoa .....	15
Figura 2 - Regiões de Atuação do Programa .....	16
Figura 3 - Complexo Beira Rio .....	17
Figura 4 - Marcos do Programa.....	18
Figura 5 - EAP - Estrutura Analítica do Programa.....	19
Figura 6 - EAP Componente I.1.....	20
Figura 7 - EAP Componente I.2.....	21
Figura 8 – Organograma .....	23
Figura 9 – Quadro de Custos do Programa, em milhares de dólares (US\$).....	26
Figura 10 - Fluxo de Caixa até 31/12/2023.....	32
Figura 11 - Consulta pública as partes interessadas do PDEC do CCC.....	39
Figura 12 - Região de Implantação do Residencial Colinas de Gramame .....	45
Figura 13 - Residencial Colinas de Gramame .....	45
Figura 14 - Região de Implantação do Residencial Saturnino de Brito .....	49
Figura 15 - Residencial Saturnino de Brito .....	50
Figura 16 - Região de Implantação do Residencial Novo São José .....	52
Figura 17 - Residencial Novo São José .....	53
Figura 18 - Região de Implantação do Residencial Vista Alegre.....	56
Figura 19 - Residencial Vista Alegre.....	56
Figura 20 - Obras Terreno 01 CBR.....	59
Figura 21 - Obras Terreno 02 CBR.....	60
Figura 22 - Obras Terreno 03 CBR.....	60
Figura 23 - Queixas em aberto .....	67
Figura 24 - DataCenter CAM PMJP 01 .....	80
Figura 25 - DataCenter CAM PMJP 02 .....	80

### **Lista de Gráficos**

Gráfico 1 - Desembolso (2023) .....	27
Gráfico 2 - Desembolso Acumulado .....	28
Gráfico 3 - Execução Financeira (2023) .....	28
Gráfico 4 - Execução Financeira (2023) – Componente I.1 .....	29
Gráfico 5 - Execução Financeira (2023) – Componente I.2 .....	30
Gráfico 6 - Execução Financeira (2023) – Componente II .....	30
Gráfico 7 - Execução Financeira Acumulada (BID) .....	31
Gráfico 8 - Execução Financeira Acumulada (PMJP) .....	31

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Plano Diretor Municipal atualizado	33
Tabela 2 - Serviço para atualização e revisão do Plano Diretor Municipal	35
Tabela 3 - Plano de economia de Baixo Carbono elaborado	35
Tabela 4 - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática	36
Tabela 5 - Plano Municipal de redução de riscos	36
Tabela 6 - Serviço de elaboração do Plano de Risco e Desastre	37
Tabela 7 - Consultor Individual de apoio à Defesa Civil	38
Tabela 8 - Centro de Cooperação da Cidade – CCC	38
Tabela 9 - Construção da Edificação.	41
Tabela 10 - CCC Consolidado	41
Tabela 11 – Infraestrutura rede POL	42
Tabela 12 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame	43
Tabela 13 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame	44
Tabela 14 - Saturnino de Brito	47
Tabela 15 - Saturnino de Brito (habitação + infraestrutura)	49
Tabela 16 - Conjunto Habitacional São José com Infraestrutura	51
Tabela 17 - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura	52
Tabela 18 - Implantação do Residencial Vista Alegre	53
Tabela 19 - Implantação do Residencial Vista Alegre	55
Tabela 20 - Urbanização integrada de áreas subnormais do Complexo Beira Rio	57
Tabela 21 - Obras de construção das 565 Unidades habitacionais	61
Tabela 22 - Obras de Contenção no Complexo Beira Rio	61
Tabela 23 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR.	62
Tabela 24 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR – 2º Etapa.	62
Tabela 25 - Obras de Implantação do Parque Linear no CBR	63
Tabela 26 - Obras de Construção do Vila Santa Clara	63
Tabela 27 - Consultor individual para elaboração de proposta de Proposta de Viabilidade	63
Tabela 28 - Reassentamento e atividades sociais	64
Tabela 29 - Contratação de Empresa Especializada para Implantação do PDC no CBR	71
Tabela 30 - Regularização Fundiária	71

Tabela 31 - Regularização Fundiária	72
Tabela 32 - Recuperação do Antigo Lixão do Roger	73
Tabela 33 - Desapropriação/Indenização da área do antigo Lixão do Roger	74
Tabela 34 - Consultoria para elaboração dos projetos para o Antigo Lixão do Roger	75
Tabela 35 - Obras do Parque Socioambiental e recuperação do Lixão do Roger	75
Tabela 36 - Planta PGV atualizada	77
Tabela 37 - Serviço para atualização da Planta Genérica de Valores - PGV	77
Tabela 38 - Novo sistema de administração tributária	78
Tabela 39 - Solução Integrada de Gestão Tributária	79
Tabela 40 - Data Center	79
Tabela 41 - Aquisição de Infraestrutura Data Center	81
Tabela 42 - Serviços de adequação da rede elétrica, lógica e civis da infraestrutura física, instalação de software, suporte técnico e treinamento para o Data Center.	81
Tabela 43 - Secretarias com plano de reestruturação	83
Tabela 44 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA)	83
Tabela 45 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Gestão Governamental	84
Tabela 46 - Aquisição de equipamento para o setor de veterinária do Zooparque	84
Tabela 47 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque	85
Tabela 48 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque	85
Tabela 49 – Aquisição e implementação de passivos POL	86
Tabela 50 - Escola de Governo EAD	86
Tabela 51 - Consultoria para Escola de Governo e o Plano de Capacitação do Município	87
Tabela 52 - Sistema de Gestão financeira e contábil	87
Tabela 53 - Contratação para desenvolvimento do Sistema financeiro e contábil	88
Tabela 54 - Sistema de atuação da Defesa Civil	88
Tabela 55 - Aquisição de equipamentos para Defesa Civil 3º Etapa	89
Tabela 56 - Infraestrutura física de TI aperfeiçoada	89
Tabela 57 - Sistema de Serviços de monitoramento e segurança para implantação de um firewall na PMJP	90
Tabela 58 - Consultor para elaboração do Plano Diretor de Informática	90
Tabela 59 - Apoio ao Gerenciamento PJ Financeiro	92
Tabela 60 - Apoio ao Gerenciamento do Programa Financeiro (SISTEMA FINANCEIRO)	92
Tabela 61 - Consultores individuais	93

Tabela 62 - Consultor Individual para realizar a avaliação intermediária do Programa	93
Tabela 63 - Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de implantação do CCC	94
Tabela 64 - Equipe local	94
Tabela 65 - Equipe Local da Unidade Executora do Programa	94
Tabela 66 – Supervisão de Obras	95
Tabela 67 - Consultoria em Supervisão de Obras e Serviços de Engenharia	96
Tabela 68 - Programas 4,5,14 e 15 do MGAS	97
Tabela 69 - Contratação de Empresa Especializada para Trabalho Social	98
Tabela 70 - Programa de Mitigação de Acúmulo de Lixo e Sedimentos no Rio Jaguaribe	98
Tabela 71 - Consultoria para Elaboração do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe	99
Tabela 72 - Consultoria para elaboração do projeto de desassoreamento do Rio Jaguaribe	100
Tabela 73 - Programa de Controle de vetores de doenças	100
Tabela 74 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças	100
Tabela 75 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças	101

## Lista de Abreviaturas

APP	Áreas de Preservação Permanente
AAS/PGAS	Avaliação Ambiental e Social / Plano de Gestão Ambiental e Social
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAU-PB	Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba
CB	Corpo de Bombeiros
CBR	Complexo Beira Rio
CCC	Centro de Cooperação da Cidade
CEL	Comissão Especial de Licitação
CGM	Controladoria Geral do Município
CGP	Comitê de Gestão do Programa
CH	Conjunto Habitacional
COPAD	Comissão Permanente de Avaliação e Desapropriação
COVID-19	Novo Coronavírus
CREA-PB	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba
EAD	Ensino à Distância
ELO'S	Escritórios Locais de Gestão
ETP	Estudo Técnico Preliminar
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LPI	Licitação Pública Internacional
LPN	Licitação Pública Nacional
MGAS	Marco de Gestão Ambiental e Social
PDT	Plano de Desenvolvimento do Território

PERR	Plano Executivo de Reassentamento e Relocalização
PGM	Procuradoria Geral do Município
PGV	Planta Genérica de Valores
PM	Polícia Militar
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PPA	Planos Plurianuais
PRAD	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
PRF	Polícia Rodoviária Federal
SBQC	Seleção Baseada na Qualidade e Custo
SDP	Solicitação de Propostas
SEAD	Secretaria de Administração
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SEDURB	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEFIN	Secretaria de Finanças
SEMAM	Secretaria de Meio Ambiente
SEM HAB	Secretaria Municipal de Habitação Social
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SIGEF	Sistema de Gestão Financeira
TdR	Termo de Referência
TI	Tecnologia da Informação
UEP	Unidade Executora do Programa
ZEP2	Zona Especial de Preservação dos Grandes Verdes

**SUMÁRIO**

---

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2. DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA .....</b>	<b>18</b>
<b>2.1. OBJETIVO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2. DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES DE INVESTIMENTO .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2.1. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE .....</b>	<b>20</b>
<b>2.2.2. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA .....</b>	<b>21</b>
<b>2.3. ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA .....</b>	<b>22</b>
<b>3. ASPECTOS FINANCEIROS DO PROGRAMA.....</b>	<b>26</b>
<b>3.1. DO DESEMBOLSO .....</b>	<b>26</b>
<b>3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA .....</b>	<b>28</b>
<b>3.3. SALDO EM CAIXA .....</b>	<b>31</b>
<b>4. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE.....</b>	<b>33</b>

---

<b>4.1. SUBCOMPONENTE I.1.1 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO URBANA .....</b>	<b>33</b>
<b>4.1.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....</b>	<b>33</b>
<b>4.1.2. PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA.....</b>	<b>35</b>
<b>4.1.3. PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS.....</b>	<b>36</b>
<b>4.1.4. CENTRO DE COOPERAÇÃO DA CIDADE .....</b>	<b>38</b>
<b>4.2. SUBCOMPONENTE I.1.2 – FINANCIAMENTO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS INTEGRAIS PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS .....</b>	<b>43</b>
<b>4.2.1. CONJUNTO HABITACIONAL COLINAS DE GRAMAME .....</b>	<b>43</b>
<b>4.2.2. CONJUNTO HABITACIONAL SATURNINO DE BRITO.....</b>	<b>47</b>
<b>4.2.3. CONJUNTO HABITACIONAL SÃO JOSÉ E INFRAESTRUTURA .....</b>	<b>51</b>
<b>4.2.4. IMPLANTAÇÃO DO RESIDENCIAL VISTA ALEGRE .....</b>	<b>53</b>
<b>4.3. SUBCOMPONENTE I.1.3 – MELHORAMENTO DO HABITAT EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES VULNERÁVEIS.....</b>	<b>57</b>
<b>4.3.1. URBANIZAÇÃO DE ÁREAS SUBNORMAIS NO COMPLEXO BEIRA RIO .....</b>	<b>57</b>
<b>4.3.2. REASSENTAMENTO E ATIVIDADES SOCIAIS .....</b>	<b>64</b>
<b>4.3.3. RECUPERAÇÃO DO ANTIGO LIXÃO DO ROGER.....</b>	<b>73</b>
<b>5. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.....</b>	<b>77</b>

---

<b>5.1. SUBCOMPONENTE I.2.1 – MELHORAMENTO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>77</b>
<b>5.1.1. PLANTA GENÉRICA DE VALORES .....</b>	<b>77</b>
<b>5.1.2. NOVO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>78</b>
<b>5.1.3. DATA CENTER.....</b>	<b>79</b>
<b>5.2. SUBCOMPONENTE I.2.2 – MELHORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA..</b>	<b>82</b>
<b>5.2.1. SECRETARIAS COM PLANO DE REESTRUTURAÇÃO .....</b>	<b>83</b>
<b>5.2.2. ESCOLA DE GOVERNO EAD (ENSINO À DISTÂNCIA) .....</b>	<b>86</b>
<b>5.2.3. SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL.....</b>	<b>87</b>
<b>5.2.4. SISTEMA DE ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL.....</b>	<b>88</b>
<b>5.2.5. INFRAESTRUTURA FÍSICA DE TI APERFEIÇOADA.....</b>	<b>89</b>
<b>5.2.6. MONITORAMENTO E SEGURANÇA PARA IMPLANTAÇÃO DE FIREWALL.....</b>	<b>90</b>
<b>6. COMPONENTE II – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA .....</b>	<b>91</b>
<b>6.1. SUBCOMPONENTE II.1 – UEP E AUDITORIA .....</b>	<b>91</b>
<b>6.1.1. ADITIVO AO CONTRATO DA GERENCIADORA.....</b>	<b>91</b>
<b>6.1.2. APOIO AO GERENCIAMENTO PJ FINANCEIRO.....</b>	<b>92</b>
<b>6.1.3. CONSULTORES INDIVIDUAIS.....</b>	<b>93</b>
<b>6.1.4. EQUIPE LOCAL .....</b>	<b>94</b>
<b>6.1.5. SUPERVISÃO DE OBRAS.....</b>	<b>95</b>
<b>6.2. SUBCOMPONENTE II.3 – PROGRAMA DO MGAS.....</b>	<b>96</b>
<b>6.2.1. TRABALHO SOCIAL .....</b>	<b>97</b>
<b>6.2.2. INTERVENÇÕES NO RIO JAGUARIBE.....</b>	<b>98</b>
<b>6.2.3. PROGRAMA DE CONTROLE DE VETORES DE DOENÇAS .....</b>	<b>100</b>
<b>7. COMUNICAÇÃO.....</b>	<b>102</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO PROGRAMA.....</b>	<b>105</b>
<b>9. ANEXO I.....</b>	<b>107</b>

---



## 1. INTRODUÇÃO

O município de João Pessoa é uma cidade de médio porte, capital do Estado da Paraíba, localizada na Região Nordeste do Brasil. João Pessoa trata-se do principal centro econômico, financeiro e cultural do Estado da Paraíba. Entre 2000 e 2010, o município apresentou um crescimento populacional expressivo, com um crescimento de 21% na década de 2000. Seus dados de espaço geográfico e populacional são representados pelas seguintes características, especificações e a Figura 1:

- No litoral paraibano, ou seja, região leste do Estado;
- Ocupa uma extensão territorial de 210.044Km<sup>2</sup> (estimativa IBGE, 2019);
- 825.796 habitantes no Município de João Pessoa (estimativa IBGE, 2021);
- Possui densidade demográfica de 3.421,28 habitantes/Km<sup>2</sup> (estimativa IBGE, 2010);
- 1.099.360 habitantes na Região Metropolitana (estimativa IBGE, 2018);
- IDH Município de João Pessoa = 0,763 – Superior ao IDH Paraíba = 0,658 (PNUD,2005).

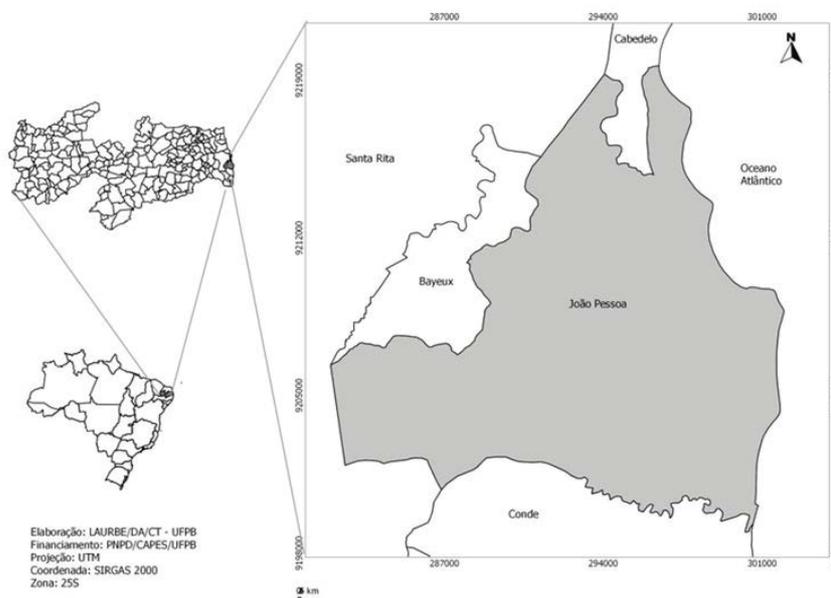


Figura 1 - Localização Geográfica João Pessoa

Fonte: Batista (2019).

O BID, através do Programa “Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis” (ICES), contemplou a cidade de João Pessoa por meio do Plano de Ação João Pessoa Sustentável, realizado com a colaboração da CAIXA, Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento

Educacional (FADUROE), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), e a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), em um processo participativo desenvolvido entre junho de 2013 e junho de 2014.

A ICES visou integrar a sustentabilidade ambiental e fiscal, o desenvolvimento urbano e a governança; além de promover o apoio a ações que proporcionem serviços básicos e garantam a proteção ao meio ambiente, bem como níveis adequados de qualidade de vida e emprego. Como resultado da aplicação da ICES em João Pessoa, uma das prioridades do município identificadas foi desenvolver mecanismos para diminuir a desigualdade urbana observada na cidade e desempenhar um papel mais relevante no ordenamento do território.

O Programa possui o objetivo geral de promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa, por meio da melhoria urbana, econômica e da gestão municipal. A Figura 2 apresenta regiões na cidade de João Pessoa onde o Programa atua para levar o Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável. Como também, pode ser observado na Figura 3 a região do Complexo Beira Rio, onde comunidades serão contempladas pelas ações de desenvolvimento do programa.

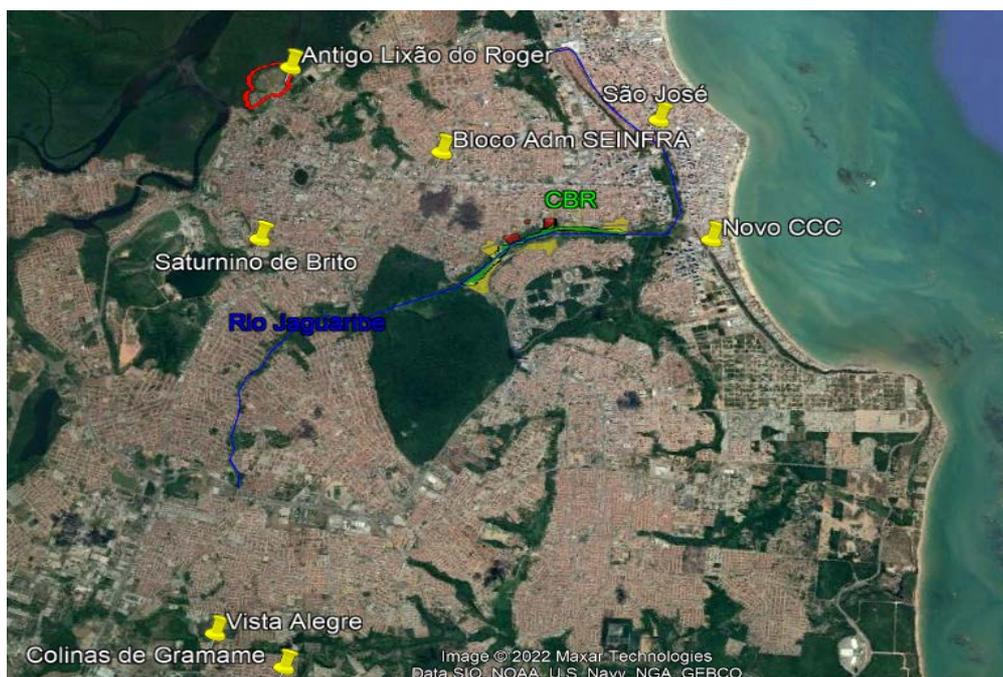


Figura 2 - Regiões de Atuação do Programa

Fonte: Google Earth (2022).



Figura 3 - Complexo Beira Rio

Fonte: Consorcio Engeconsult/Tecgeo (2022)

## 2. DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA

A Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID assinaram contrato de empréstimo nº 4444/OC-BR. BRL 1421 – João Pessoa em 20/12/2018 referente ao Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa.

O contrato assinado é uma operação de crédito externo que foi autorizado pelo Senado Federal, através da Resolução nº 29/2018.

- Data de aprovação pela diretoria do Banco: 13/12/2017
- Data de assinatura do contrato: 20/12/2018
- Data de elegibilidade para o 1º desembolso: 19/12/2019
- Data do primeiro desembolso: 15/01/2020
- Fim do prazo de execução do contrato: 20/06/2024
- Fim do prazo de execução do contrato com 1º Aditivo: 20/06/2026
- **Prazo de execução (com aditivo): 90 meses**



Figura 4 - Marcos do Programa

Fonte: Instituto Aquila (2023)

## 2.1. OBJETIVO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL

Os objetivos do programa João Pessoa Sustentável são:

<b>Objetivo Geral:</b>	Promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa por meio da melhoria urbana, econômica e de gestão municipal
<b>Objetivos Específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuir a desigualdade urbana, modernizar os instrumentos de planejamento urbano e a prestação de serviços;</li> <li>• Modernizar a administração pública e fiscal com modelo de gestão por resultados e reestruturação da área de receita.</li> </ul>

## 2.2. DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES DE INVESTIMENTO

O Programa João Pessoa sustentável está dividido em dois componentes, conforme apresentado na Figura 5:

- Componente de Investimento;
- Componente de Gestão e Administração do Programa, com atividades ligadas à administração, monitoramento, auditoria e avaliação do programa.

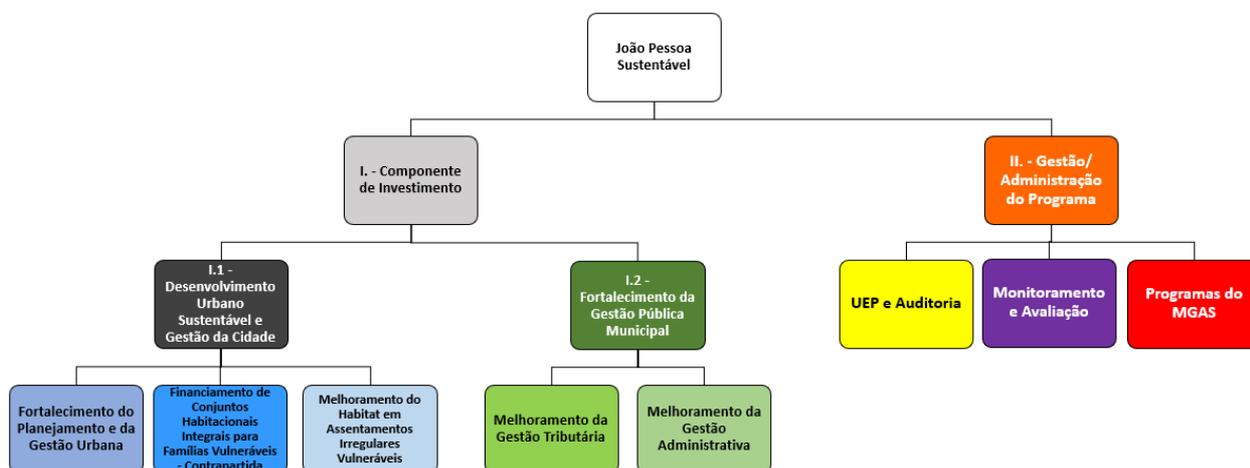


Figura 5 - EAP - Estrutura Analítica do Programa

Fonte: Instituto Aquila (2021)

Para atingir os objetivos do Programa, o componente de Investimento está dividido nos componentes:

- I.1 Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade e
- I.2 Fortalecimento da Gestão Pública Municipal, a seguir identificados e descritos.

## 2.2.1.COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE

O Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade, apresentado na Figura 6, apoia a diminuição das desigualdades urbanas e o planejamento para a modernização da gestão urbana. Financia:

- (i) Elaboração dos projetos básicos e executivos de urbanização integrada de áreas subnormais nos Complexos Beira Rio - CBR;
- (ii) Infraestrutura urbana como redes de esgoto, de drenagem, pavimentação de vias e construção de equipamentos públicos e de lazer no Complexo Beira Rio - CBR;
- (iv) Atividades e obras visando a recuperação do antigo lixão do Roger;
- (iv) Construção de aproximadamente 2.949 unidades habitacionais para população de baixa renda;
- (v) Reassentamento de cerca de 840 famílias do Complexo Beira Rio - CBR com a devida regulamentação fundiária;
- (vi) Melhoria dos instrumentos de gestão e planejamento urbano e ambiental;
- (vii) Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos a Desastres Naturais;
- (viii) Plano Municipal de Descarbonização e Adaptação Climática;
- (ix) Plano de Ação para Desenvolvimento Econômico das comunidades da Região do Complexo Beira Rio - CBR, e
- (x) Implantação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC), contemplando o atendimento integrado a emergências, situações de risco, segurança pública e mobilidade.

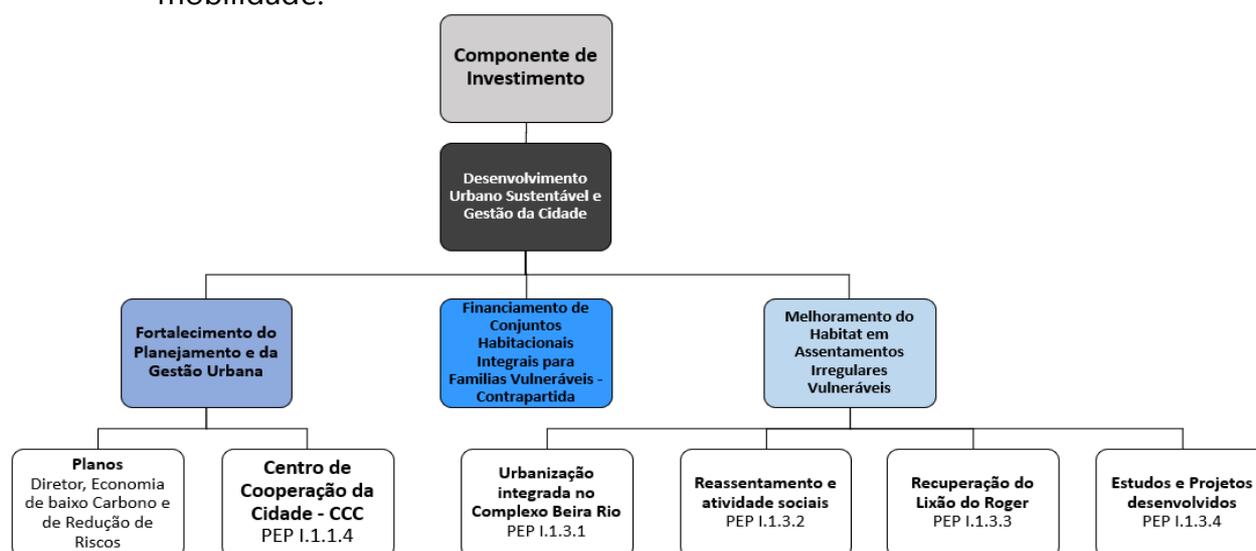


Figura 6 - EAP Componente I.1

Fonte: Instituto Aquila (2021)

## 2.2.2. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

O Componente I.2, apresentado na Figura 7, financia as seguintes ações:

- Reestruturação organizacional das secretarias envolvidas;
- Atualização da planta genérica de valores;
- Implantação do novo modelo de gestão dos contribuintes;
- Implantação do novo modelo de cobrança;
- Desenvolvimento de um novo sistema de administração tributária;
- Implantação do modelo de gestão do patrimônio municipal;
- Implantação da escola de governo;
- Implantação do novo modelo de gestão de compras;
- Implantação do programa de educação fiscal;
- Implantação do novo modelo de inteligência fiscal;
- Virtualização dos processos administrativos por meio do processo eletrônico;
- Implantação do modelo de gestão financeira e contábil;
- Redefinição do modelo de assistência social do município;
- Melhoria do modelo de atuação da Defesa Civil;
- Aperfeiçoamento da infraestrutura física e de tecnologia da informação, e
- Implantação do Data Center em uma Sala Segura, certificada e com padrões de segurança internacionais.

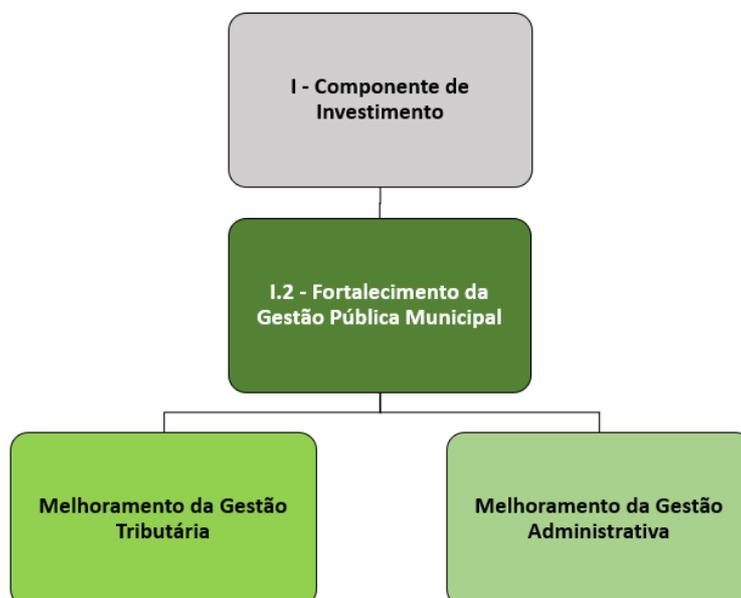


Figura 7 - EAP Componente I.2

Fonte: Instituto Aquila (2021)

### 2.3. ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

O Órgão Executor do Programa é o Município de João Pessoa, por meio da Unidade Executora de Programa (UEP), criada pelo Medida Provisória 67/2018, convertida na Lei de nº 13.676/2018, publicada no Semanário Oficial do Município de 23 a 29 /12/2018, Edição Extra. Para a articulação institucional foi criado o Comitê de Gestão do Programa (CGP), com competência e atribuições de aconselhamento e acompanhamento.

Para as ações relacionadas com a comunicação social do Programa, a UEP conta com o apoio da Secretaria de Comunicação Social que tem por missão levar a informação ao cidadão, de forma completa, transparente e democrática.

A execução do Programa está, portanto, centralizada no Gabinete do Prefeito Municipal que, por intermédio da Unidade Executora do Programa (UEP), tem a responsabilidade de planejar e realizar a gestão técnica, administrativa e fiduciária, bem como o monitoramento e a avaliação do Programa, com base em sua Matriz de Resultados.

Os desembolsos do empréstimo ingressam em conta específica em nome do Programa na Secretaria de Finanças (SEFIN).

Para atuar durante o prazo da execução do Programa, foi criada a Comissão Especial de Licitações (CEL), específica para as licitações no âmbito do Gabinete do Prefeito, onde está vinculada a UEP. A CEL possui a finalidade de realizar todos os processos de seleção e contratação de consultorias, de aquisição de bens e serviços comuns e, em especial, da contratação de obras, realizados com recursos do financiamento.

A UEP está sendo apoiada por uma empresa de consultoria que lhe dá suporte no gerenciamento das ações do Programa, além de outra empresa que fará a supervisão das obras, incluindo ambiental, com o objetivo de prestar apoio técnico-operacional e disponibilizar especialistas nos temas afetos a cada um dos componentes.

Os processos de orçamento, reservas financeiras para aquisições, empenhos, contratações, reconhecimento de gastos, autorizações de pagamento e registro contábil seguem os trâmites usuais do Município de João Pessoa, com o apoio do sistema adotado para atendimento das normas existentes:

- Lei Orçamentária Anual (LOA),
- Planos Plurianuais (PPA),
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A estrutura administrativa do programa é composta pelos seguintes membros, cuja estrutura é apresentada na figura 8:

- Prefeito de João Pessoa - Desempenha função de articulação político-institucional,
- Coordenador Geral da Unidade Executora de Programa (UEP) - Desempenha a função de execução da operação crédito;
- Comitê Gestor do Programa (CGP) - Responsável por discutir assuntos relevantes, solucionar possíveis dificuldades e informar ao Prefeito sobre aspectos chave do Programa, além disso, será a instância encarregada pela aprovação dos projetos do componente Projetos Estratégicos;
- Coordenação das ações - Secretarias e órgãos responsáveis pelas ações do programa em seu respectivo âmbito de competência;
- Comissão Especial de Licitação (CEL) - Responsável pela execução dos processos licitatórios do programa; e
- Membros da UEP, que são: Assessor Jurídico, Assessor de Comunicação, Assessoria Técnica, Coordenador de Tecnologia da Informação, Coordenador Administrativo e Financeiro, Coordenador do Centro de Cooperação da Cidade, Coordenador Geral, Coordenador Executivo, Coordenador de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Coordenador de Fortalecimento da Gestão Pública, Coordenador de Aspectos Sociais, Coordenadora de Aspectos Ambientais e a Equipe da Gerenciadora.

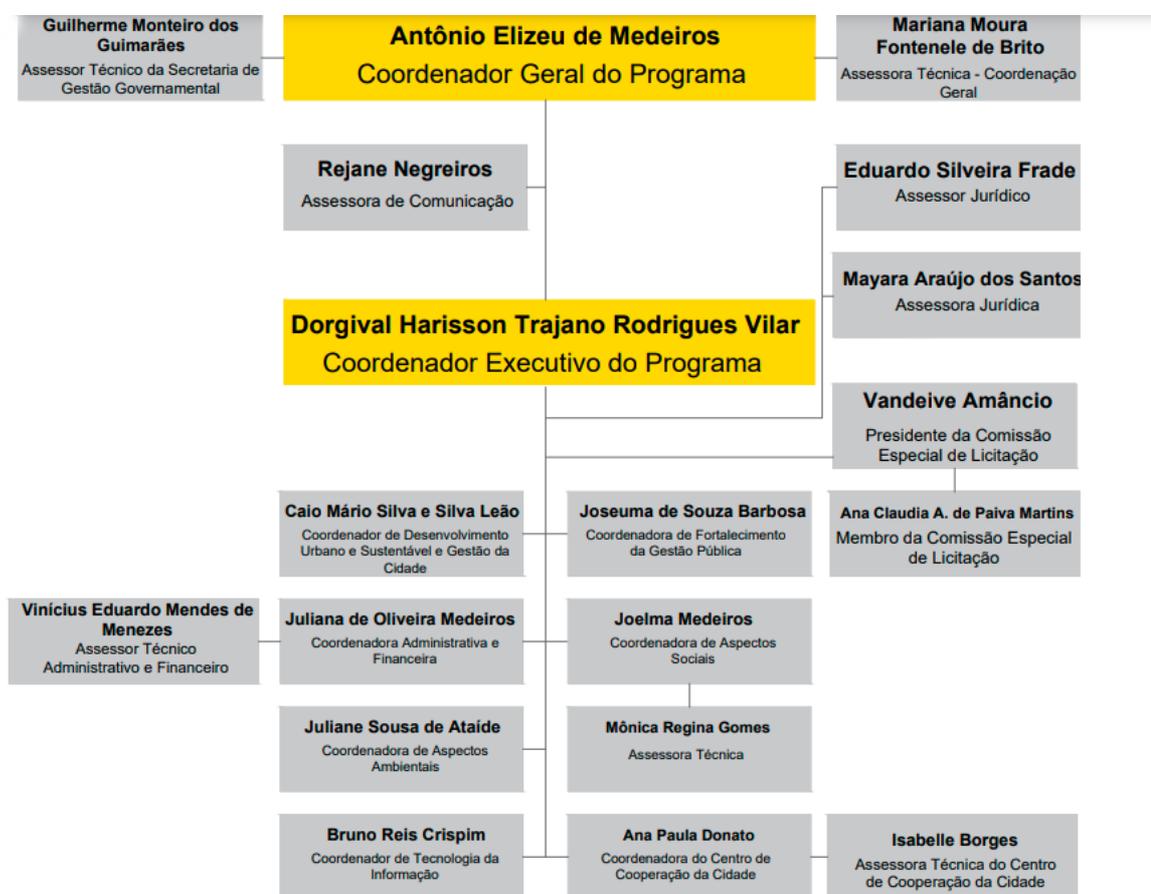


Figura 8 – Organograma  
Fonte: Instituto Aquila (2023)

Neste segundo semestre de 2023 ocorreu uma mudança no quadro da UEP, a Coordenação Executiva, que estava sendo conduzida pela Sr. Dorgival Vilar, por motivos pessoais, afastou-se da equipe. Em dezembro de 2023 o Coordenador Geral da UEP informou a equipe e a gerenciadora que por motivos pessoais, se desligaria desta referida coordenação e relatou ainda que o Prefeito nomearia um novo substituto para a Coordenação Executiva e Geral.

Também em dezembro, foi exonerada do cargo de Coordenadora do Centro de Cooperação da Cidade (CCC), Andréa Teixeira Costa Martins. Imediatamente foi nomeada a nova coordenadora, Ana Paula Cavalcanti Donato.

O CGP, presidido pelo Prefeito Municipal e auxiliado pelo Coordenador Geral da Unidade Executora do Programa (UEP), tem como membros efetivos, além do Prefeito, os titulares dos seguintes Órgãos e Entidades da Administração Indireta da PMJP e outros órgãos estaduais e federais. Este foi ampliado, conforme o Regulamento Operacional do Programa (ROP), revisado em novembro/2022.

Não houve reunião do comitê gestor no segundo semestre, porque as ações do programa estão sendo acompanhadas diretamente pelo Prefeito e pelo Secretário de Gestão Governamental.

## **PMJP**

- ✓Secretaria de Infraestrutura
- ✓Secretaria da Receita
- ✓Secretaria Habitação Social
- ✓Secretaria de Desenvolvimento Urbano
- ✓Secretaria de Desenvolvimento Social
- ✓Secretaria de Finanças
- ✓Secretaria de Planejamento
- ✓Secretaria de Administração
- ✓Secretaria de Meio Ambiente
- ✓Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania
- ✓Coordenadoria Proteção e Defesa Civil
- ✓Procuradoria-Geral do Município
- ✓Controladoria Geral do Município
- ✓Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana
- ✓Empresa Municipal de Limpeza Urbana

## **Outros órgãos da esfera estadual e federal**

- ✓Serviço de Atendimento Móvel de Urgência Outros Órgãos e Entidades do Estado da Paraíba e do Governo Federal
- ✓Polícia Rodoviária Federal (PRF)
- ✓Polícia Militar (PM)

- ✓Corpo de Bombeiros (CB)

### 3. ASPECTOS FINANCEIROS DO PROGRAMA

De acordo com o Plano de Financiamento, do Anexo Único do Contrato de Empréstimo N° 4444/OC-BR, a partir do Instrumento de Alteração Contratual N° 1, assinado em 09/02/2023, o custo e financiamento total do Programa João Pessoa Sustentável passou a ser de US\$ 159,4 milhões, sendo US\$ 100 milhões financiados pelo BID e US\$ 59,4 milhões em contrapartida da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

A Figura 9 abaixo, apresenta a distribuição desses recursos entre seus componentes, e ainda, distingue aqueles que são advindos do empréstimo BID e dos provenientes da contrapartida da Prefeitura. Importante destacar, que o componente de investimento representa a maior parte do programa, no intuito de fomentar o desenvolvimento das demandas municipais, políticas públicas e o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

<b>Componentes/Subcomponentes</b>	<b>Banco</b>	<b>Contrapartida Local</b>	<b>Total</b>
<b>Componentes de Investimento</b>	89.966	57.477	147.443
Componente I. Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade	65.111	57.477	122.588
Componente II. Fortalecimento da Gestão Pública Municipal	24.855	0	24.855
Gestão Administrativa do Programa	10.034	1.923	11.957
UEP e Auditoria	7.653	1.923	9.576
Monitoramento e Avaliação	469	0	469
Programas do MGAS	1.912	0	1.912
<b>Total</b>	<b>100.000</b>	<b>59.400</b>	<b>159.400</b>

Figura 9 – Quadro de Custos do Programa, em milhares de dólares (US\$)

Fonte: Instrumento de Alteração Contratual N° 1 – Contrato de Empréstimo N° 4444/OC-BR

#### 3.1. DO DESEMBOLSO

A meta de desembolso para o ano de 2023 foi cumprida, apesar de um leve atraso, por conta de fato superveniente que impactou o andamento de um dos contratos cruciais para o alcance da meta. O contrato administrativo firmado com a empresa Teletex Computadores e Sistemas LTDA, para o fornecimento do Data Center, de acordo com o Ofício 024/2023 emitido em 28/02/2023 pelo fornecedor, recebeu termo aditivo de prorrogação de prazo, uma vez que, alguns equipamentos adquiridos por aquela empresa, junto ao fabricante, tiveram atrasos na entrega, devido à escassez de material no setor de semicondutores, o que

afetou as cadeias de fornecimento global, desacelerando a produção das indústrias, inclusive de equipamentos eletrônicos. Acrescenta-se a isso, conforme ofício supracitado, que a falta de matéria-prima se agravou com a instabilidade econômica, devido a intensificação da guerra na Ucrânia e com o novo lockdown decretado na China que perdurou por meses e prejudicou a produção e a exportação de suprimentos chineses para todo o mundo. Essas justificativas técnicas foram apresentadas, analisadas e acolhidas o que, dentre outros impactos, atrasou as respectivas medições do contrato e, conseqüentemente, as solicitações de desembolsos dentro do prazo previsto inicialmente.

De acordo com o prognóstico de desembolso enviado em fevereiro/2023, a previsão para o período era o de solicitar 2 (dois) desembolsos que totalizariam o valor de US\$ 12,0 milhões (Gráfico 1). O primeiro desembolso previsto para junho/2023, concretizou-se em agosto/2023, e o segundo desembolso, estimado para o mês de novembro/2023, foi solicitado em dezembro/2023. Assim, o indicador do desembolso acumulado, alcançou o patamar de US\$ 29,5 milhões, conforme é demonstrado no Gráfico 2, a seguir:

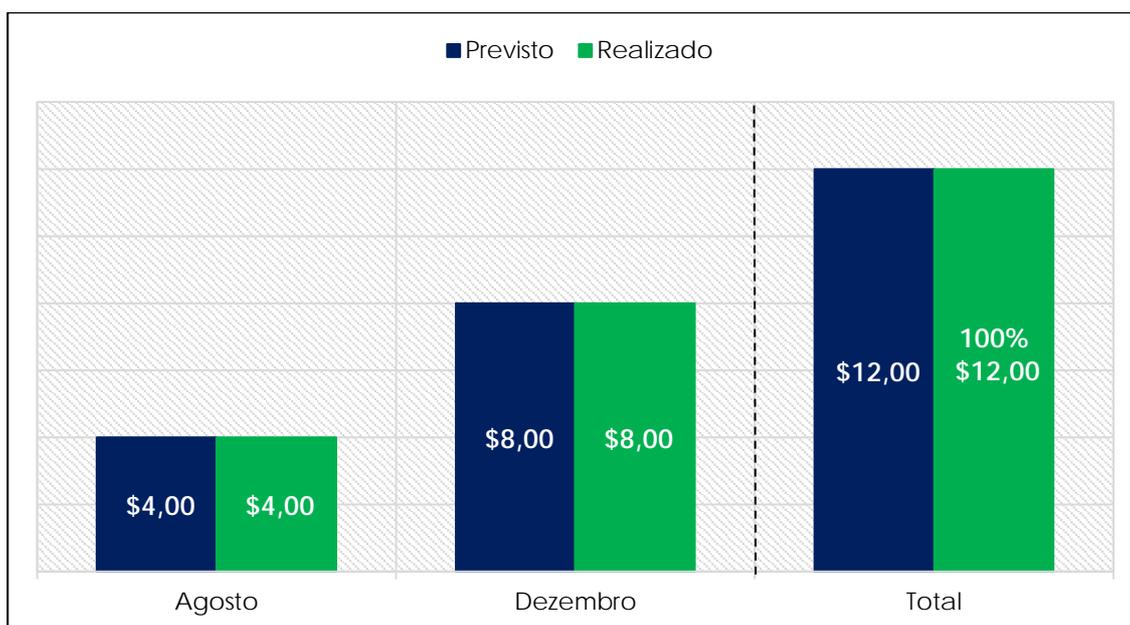


Gráfico 1 - Desembolso (2023)

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

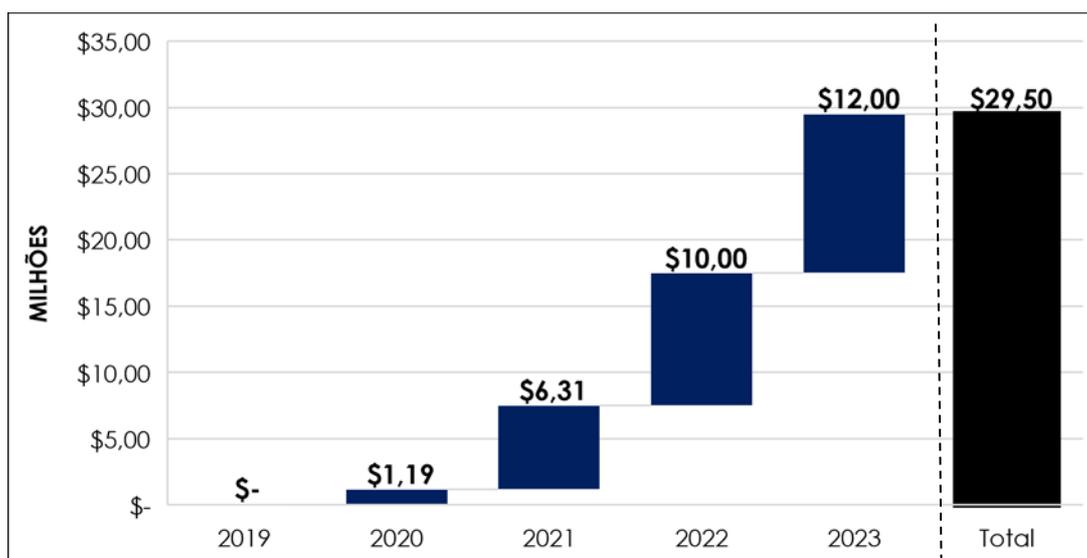


Gráfico 2 - Desembolso Acumulado

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

### 3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA

Com relação as metas financeiras pactuadas para o ano de 2023, conforme relatório PMR Financeiro, ao final do segundo semestre, verificou-se o cumprimento de 92% do planejado total.

Conforme demonstrado no Gráfico 3, no que se refere à fonte BID, observa-se que o realizado apresentou um desvio de 20% se comparado a meta prevista. Por outro lado, em relação à fonte de contrapartida (PMJP), é possível constatar que esta superou a meta em 7%.

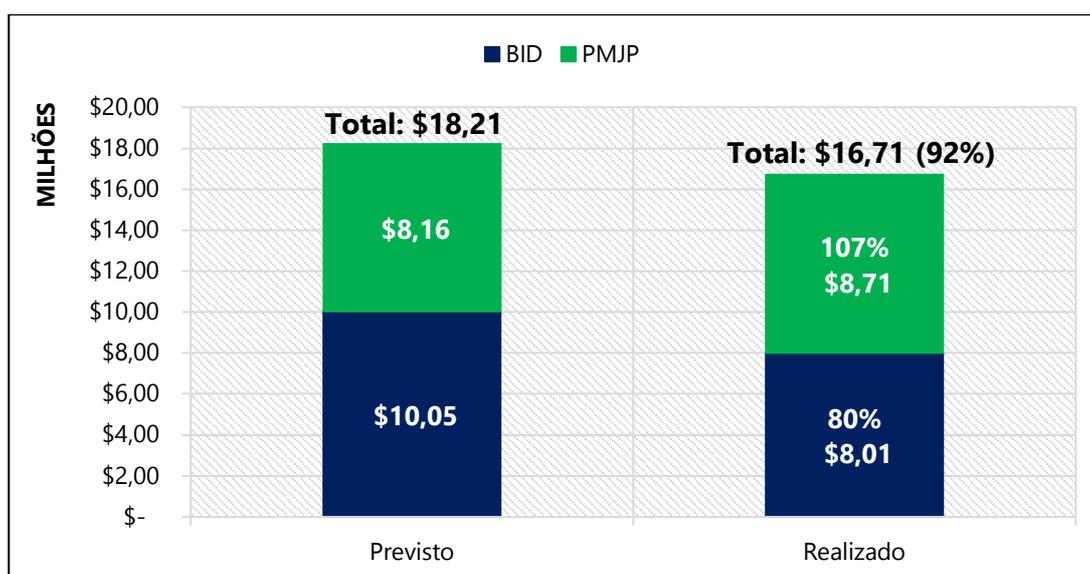


Gráfico 3 - Execução Financeira (2023)

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

Desdobrando o resultado da execução financeira por componente, falaremos sobre os

Componentes I.1, I.2 e II.

O Componente I.1 cumpriu 97% da meta prevista para o ano de 2023, representando 73% de êxito com recurso BID e 106% da meta de contrapartida (PMJP), dados estes disponíveis no Gráfico 4. Isso se deu, principalmente, devido ao fracasso na homologação de aquisições que tinham previsão de pagamento no ano de 2023, como as Obras de contenção do Complexo Beira Rio e as Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do Complexo Beira Rio. Além disso, a obra de Requalificação do Centro de Cooperação da Cidade apresentou medições abaixo do previsto, se considerado o cronograma físico-financeiro do contrato.

Posto os desafios, a variação de apenas 3% sustenta um resultado bastante positivo do desempenho financeiro.

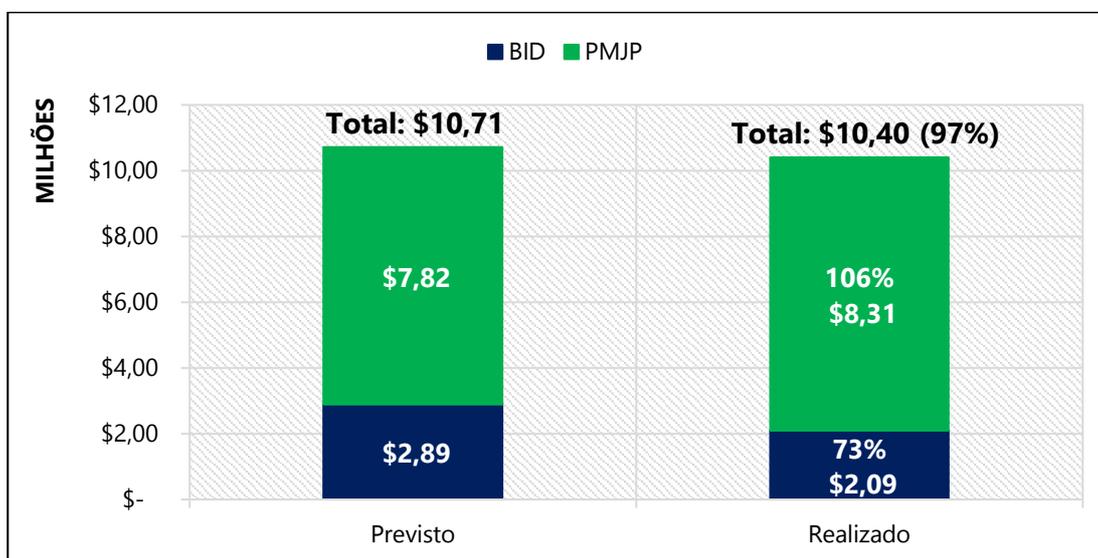


Gráfico 4 - Execução Financeira (2023) – Componente I.1  
 Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

No componente I.2, de acordo com o Gráfico 5, a execução financeira teve um desempenho de 87% no período (este componente não possui recurso de contrapartida da Prefeitura). Isso se deu, mesmo com um planejamento financeiro bastante conservador, por conta da não concretização de aquisições importantes como o Sistema de Gestão Tributária.

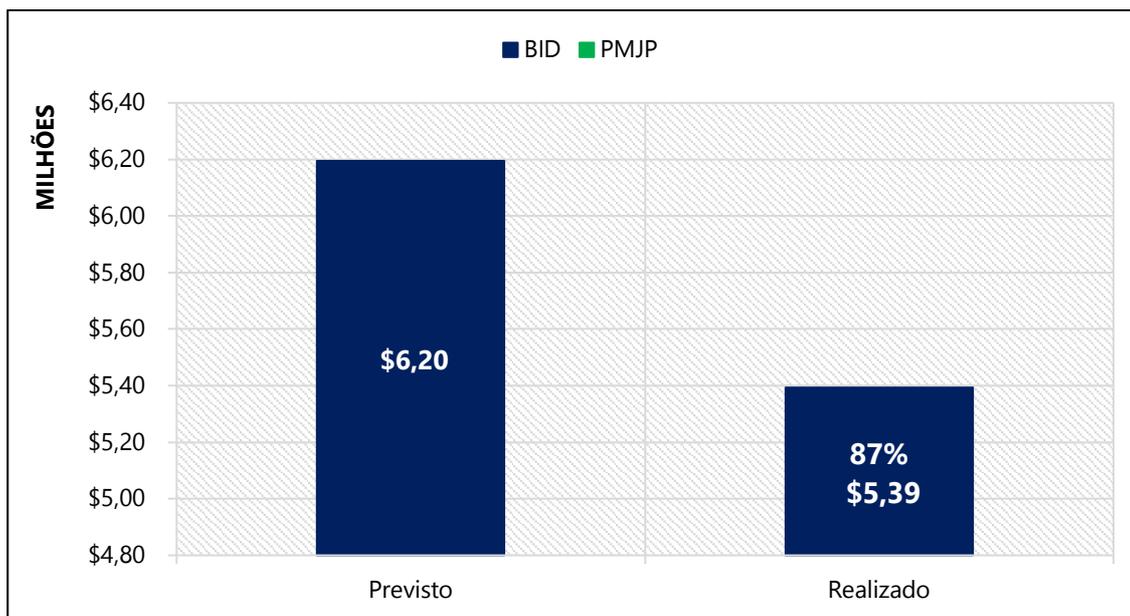


Gráfico 5 - Execução Financeira (2023) – Componente I.2  
 Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

No Gráfico 6, é possível notar a evolução do componente II, que ao final do segundo semestre alcançou 71% da meta financeira prevista para o ano, sendo 54% de recurso BID e superando em 19% a meta de contrapartida (PMJP). Isso se deu, especialmente, por conta de contratempos em alguns processos licitatórios: fracasso na contratação da Supervisora de Obras e de alguns processos do MGAS, como a consultoria para elaboração dos projetos de desassoreamento e a contratação parcial dos equipamentos da GVAZ.

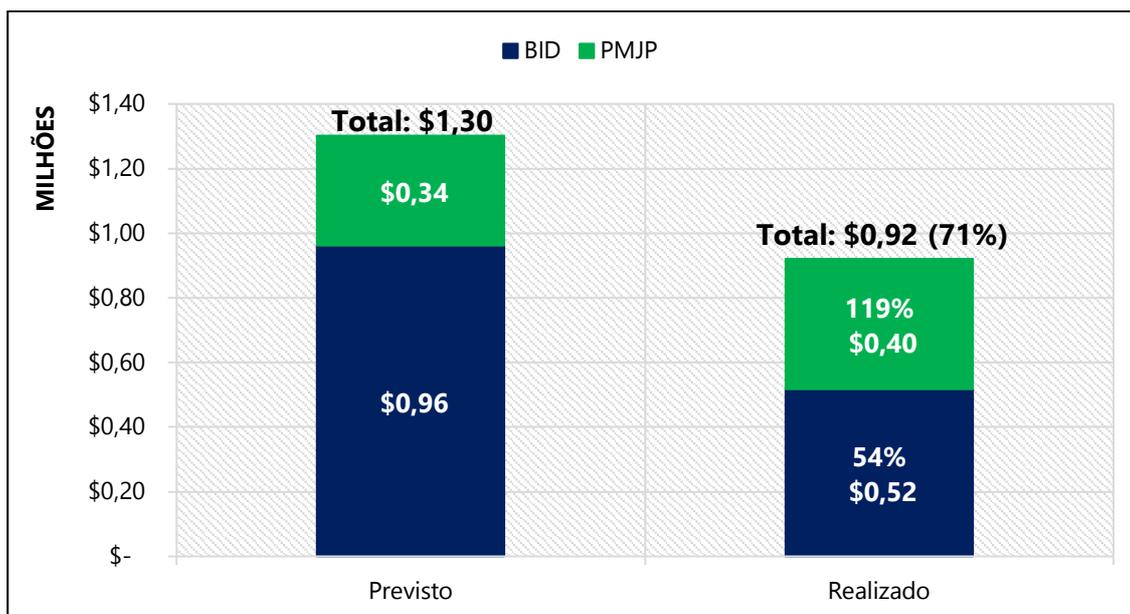


Gráfico 6 - Execução Financeira (2023) – Componente II  
 Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

Por fim, a execução financeira acumulada nos anos de 2019 a 2023, por fonte de

recurso BID (Gráfico 7) e recurso PMJP (Gráfico 8), foi:

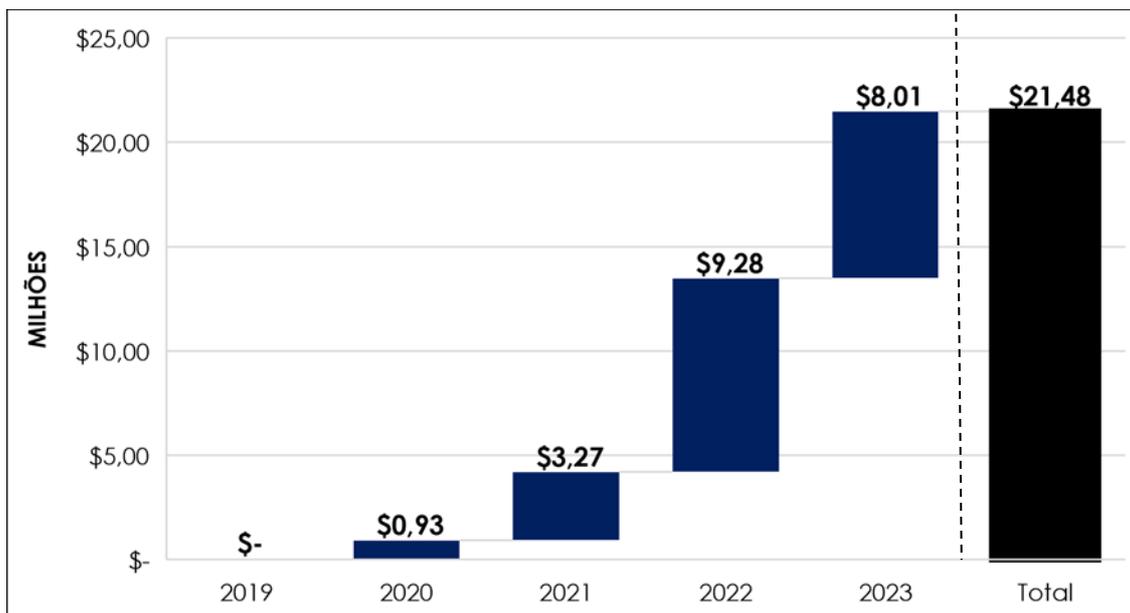


Gráfico 7 - Execução Financeira Acumulada (BID)  
Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

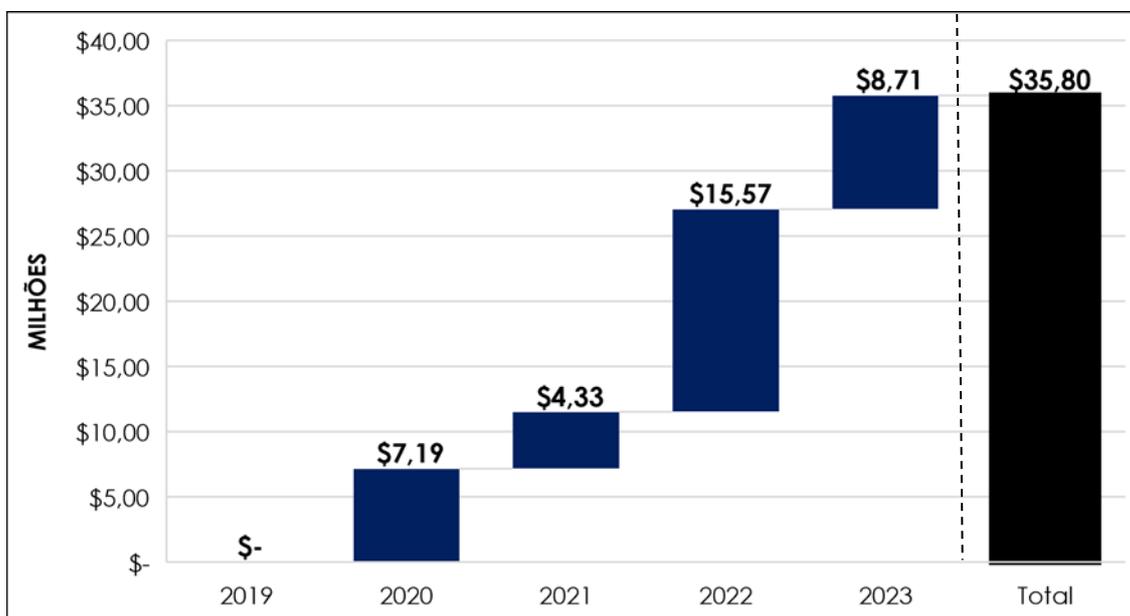


Gráfico 8 - Execução Financeira Acumulada (PMJP)  
Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

### 3.3. SALDO EM CAIXA

Considerando as solicitações de desembolso e a execução financeira, ao final do ano de 2023 o saldo em caixa totalizou, aproximadamente, US\$ 8,02 milhões, conforme apresentado na Figura 10. Destaca-se que não se trata de sobra de recursos e sim, reserva

que visa a atender a execução financeira planejada para o **primeiro quinquemestre de 2024**.



Figura 10 - Fluxo de Caixa até 31/12/2023

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

## 4. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE

Neste capítulo é apresentado detalhes do Componente I.1 e seu respectivo avanço no último semestre.

Este componente tem como objetivo fortalecer o planejamento e a gestão urbana, apoiar a redução do déficit habitacional municipal e melhorar os assentamentos irregulares vulneráveis com intervenções integrais.

Este componente foi estruturado em três subcomponentes, os itens estão organizados segundo ordem do Plano de Execução Plurianual (PEP).

### 4.1. SUBCOMPONENTE I.1.1 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO URBANA

São financiadas as seguintes atividades:

- (i) revisão do plano diretor municipal;
- (ii) Plano de descarbonização e adaptação climática;
- (iii) elaboração do plano municipal de redução de riscos a desastres naturais; e
- (iv) implementação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC) contemplando a integração institucional e tecnológica para situações de emergência, risco de desastres naturais, segurança pública e mobilidade.

#### 4.1.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL

<b>Produto - Plano Diretor Municipal</b>	
<b>Valor Previsto Total do Produto</b>	US\$ 670.720,76
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

Tabela 1 - Plano Diretor Municipal atualizado

## DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa visa definir objetivos, orientações e propostas de intervenção para o desenvolvimento municipal, observando o contido no Estatuto da Cidade, com destaque para o artigo 2º, principalmente nas seguintes diretrizes gerais:

- (i) Garantia do direito à cidade sustentável;
- (ii) Gestão democrática;
- (iii) Planejamento do desenvolvimento da cidade;
- (iv) Ordenação e controle do uso do solo;
- (v) Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas.

Além disso esses serviços incluirão também:

- (i) Compatibilizar a legislação territorial urbana às demais legislações vigentes;
- (ii) Revisar o Plano Diretor de João Pessoa;
- (iii) Revisar e (re)definir o macrozoneamento e o zoneamento de todo o território municipal;
- (iv) Pautar as propostas de ordenamento territorial;
- (v) Elaborar minutas de anteprojetos de leis de revisão dos instrumentos jurídicos vinculados ao planejamento territorial, em especial a lei de Parcelamento do Solo, lei de Condomínio, Código de Obras e Edificação, Código de Posturas, Código Ambiental lei do Sistema Viário, lei do Perímetro Urbano, lei de Uso e Ocupação do Solo e demais leis específicas dos instrumentos de política urbana, integrando-as ao Plano Diretor.

No 2º semestre de 2022 todas as 6 Minutas<sup>1</sup> previstas na PMR foram entregues pelo fornecedor, conforme prazo estipulado no indicador de Metas do Programa.

A seguir podem ser observados mais alguns dos avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

---

<sup>1</sup> <http://pdjp.com.br/>

Tabela 2 - Serviço para atualização e revisão do Plano Diretor Municipal

<b>1.1.1.1.1 -Serviço para atualização e revisão do Plano Diretor Municipal e legislações complementares</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 664.000,00
Valor Contratado	US\$ 545.745,77
Status	Concluído no 2º semestre de 2023
<b>Avanço</b>	
O plano diretor foi aprovado na Câmara Municipal na data de 21 de dezembro de 2023, tendo poucas emendas por parte da casa legislativa, seguindo para sanção pelo poder Executivo.	
<b>Dificuldades</b>	
Aprovação da Lei na câmara de vereadores.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Monitoramento dos avanços e audiências na câmara para aprovação da Revisão do Plano Diretor.	

#### 4.1.2. PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Tabela 3 - Plano de economia de Baixo Carbono elaborado

<b>Produto - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 347.443,63
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

#### **DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Este plano tem como objetivo definir o roteiro de descarbonização da economia, e vinculá-lo a objetivos socioeconômicos como criação de empregos, inovação e melhoria da qualidade de vida, ao mesmo tempo que subsidia iniciativas visando maximizar a adaptação e resiliência do município frente às mudanças climáticas.

A elaboração do Plano de Descarbonização e Adaptação Climática, compreenderá todo limite territorial do município. Deverá, como principal base estratégica para o planejamento de ações de mitigação e adaptação, observar os inventários de emissão de GEE já

desenvolvidos pela Prefeitura de João Pessoa e estudos realizados. Deverá, ainda, observar outros planos, leis de resíduos sólidos, marco regulatório de saneamento, estratégias ou dispositivos inerentes ao tema da mudança climática distribuídos pelos entes federativos, além de dados primários obtidos através de levantamentos em campo, e observando as diretrizes do Plano Diretor do Município.

Em junho de 2023 a Prefeitura de João Pessoa apresentou que finalizou o projeto de construção do seu Plano de Ação Climática (PAC). O documento, elaborado de forma participativa, aponta 37 medidas de adaptação e mitigação para alcançar o objetivo de neutralizar as emissões líquidas de carbono da cidade até 2050.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 4 - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática

<b>I.1.1.2.1 - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 347.443,63
Valor Contratado	US\$ 347.443,63
Status	Concluído no 2º semestre de 2023
<b>Avanço</b>	
Envio para Câmara de Vereadores.	
<b>Dificuldades</b>	
Aprovação da Lei na câmara de vereadores.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Monitoramento dos avanços e audiências na câmara, pois depende da aprovação da Revisão do Plano Diretor.	

#### 4.1.3. PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS

Tabela 5 - Plano Municipal de redução de riscos

<b>Produto - Plano Municipal de redução de riscos</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 194.387,93
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

## DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Este plano é imprescindível para a segurança das pessoas que passarão a habitar e frequentar esses espaços que serão feitos pelo Programa, pois como João Pessoa é um município antigo e algumas áreas já sofreram diversos tipos de ações tanto do tempo, quanto antrópicas, elas podem colocar em risco as pessoas, por vários motivos como: instabilidade do solo, áreas suscetíveis à inundações e alagamentos, estruturas não adequadas aos locais e também para prever reações emergenciais a algum desastre que venha a ocorrer em proporções maiores, como em períodos de retorno, assim evitando mortes e acidentes.

Foi proposto uma aquisição para tratar da contratação de uma ferramenta WEB/Mobile para Gestão e Gerenciamento dos Riscos. No 2º semestre de 2022 foi realizada uma Consulta pública participativa, aberta ao mercado e a especialistas para poderem contribuir e dar certeza a UEP se o que estávamos pensando em contratar corresponde a expectativa do mercado.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 6 - Serviço de elaboração do Plano de Risco e Desastre

<b>I.1.1.3.2 - Construção, Implantação e Suporte de ferramenta web, para gerenciamento de riscos e desastres</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 116.125,00
Valor Contratado	US\$ 45.723,01
Status	Contrato em Execução
<b>Avanço</b>	
Início dos Serviços de Implantação e Suporte de ferramenta web, para gerenciamento de riscos e desastres, com elaboração do Diagnóstico, Plano de Trabalho e 1ª versão dos Protótipos Gerais da Solução.	
<b>Dificuldades</b>	
(i) Mobilização dos parceiros que precisam ser envolvidos na fase de construção da solução; (ii) Criação da lei de proteção e defesa civil.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
(i) identificação dos interessados e identificação de pontos focais para garantir a mobilização e participação; (ii) minuta de lei revisada pela PGM e ajustada pela equipe da Defesa civil e consultor, falta apenas envio para Câmara municipal.	

Tabela 7 - Consultor Individual de apoio à Defesa Civil

<b>I.1.1.3.3 - Consultor Individual de apoio à Defesa Civil</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 24.625,00
Valor Contratado	US\$ 49.237,42
Status	Contrato em Execução
<b>Avanço</b>	
Emissão da Ordem de Serviços, com entrega de 4 relatórios.	
<b>Dificuldades</b>	
Não se aplica.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Não se aplica.	

#### 4.1.4.CENTRO DE COOPERAÇÃO DA CIDADE

Tabela 8 - Centro de Cooperação da Cidade – CCC

<b>Produto - Centro de Cooperação da Cidade – CCC</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 13.077.000,00
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID/PMJP

#### **DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

O CCC visa prover uma solução integrada para os desafios urbanos existentes, sendo um indutor de transformação no manejo e utilização de informações em prol do processo decisório da gestão da cidade de João Pessoa. A implementação do CCC é o componente responsável pela melhoria das respostas da Prefeitura as demandas de serviços que geram grandes impactos no cotidiano da população de João Pessoa. O CCC atuará com foco nos seguintes eixos:

- Mobilidade Urbana,
- Atendimento de Urgência (SAMU), Segurança,
- Defesa Civil,
- Gestão Pública Moderna e
- Meio Ambiente, outros serão incluídos progressivamente.

O CCC deverá captar, processar, armazenar, disponibilizar as informações e demandas de serviços da cidade de João Pessoa, das instituições públicas e de parceiros, vinte e quatro horas por dia nos sete dias da semana, permitindo a cooperação entre instituições, a interação com cidadãos e a prestação de serviços públicos.

O Centro de Cooperação da Cidade – CCC será implantado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável, e fará uso de um prédio público já construído, localizado na Avenida João Cirilo da Silva, Nº 850, no bairro Altiplano Cabo Branco. Para essa implantação, ocorrerá adequação do espaço para comportar a estrutura técnico-operacional do Centro. O referido prédio localiza-se em terreno com área verde, e a condição de preservação dos elementos arbóreos será mantida.

Em 13 de fevereiro de 2023 foi homologado e assinado o contrato com a empresa vencedora, a Empresa GERATRIX CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS E INSTALAÇÕES LTDA, CNPJ nº 07.223.818/0001-12, no valor total de R\$ 6.544.817,12 (seis milhões quinhentos e quarenta e quatro mil oitocentos e dezessete reais e doze centavos).

Todavia, a emissão da primeira ordem de serviço estava condicionalmente atrelada à prévia aprovação pelo BID de um Plano de Deslocamento Econômico Cultural – PDEC elaborado em favor do Celeiro Espaço Criativo, devido às especificidades e às características das atividades econômicas e culturais desenvolvidas no local. A aprovação do PDEC ocorreu em julho de 2023 e, em seguida, foi emitida a Ordem de Serviço, ainda em julho de 2023. Após a aprovação do PDEC, foi realizada a consulta significativa em 9 de agosto de 2023, o evento contou com a participação de artistas, artesãos e servidores do Celeiro Espaço Criativo, pode ser observado na Figura 11 a seguir.



Figura 11 - Consulta pública as partes interessadas do PDEC do CCC  
Fonte: PMJP, (2023).

O Plano de Deslocamento Econômico e Cultural é um o item de grande importância, e precede o início das obras do CCC, uma vez que o local escolhido pela gestão do município após a desistência da construção no Centro Administrativo Municipal – CAM, foi o Celeiro Cultural, que está situado no bairro do Altiplano em João Pessoa. O prédio do Celeiro Espaço Criativo está sob a administração da Secretaria de Educação do município, e tem como objetivo e vocação o desenvolvimento das capacidades de artesãos e artistas do município. As visitas realizadas ao Celeiro identificaram a necessidade de uma ação de deslocamento com garantias da continuidade das atividades no momento de transição, com o compromisso de prover local adequado para transferir as atividades então realizadas no espaço do Celeiro. Em acordo firmado entre a Gestão Municipal e a Secretaria de Educação, ficou decidido que o local que iria acolher o grupo que ocupa o prédio do Celeiro seria a Estação das Artes, outro prédio público que está sob administração do município, mas que se encontra em reforma.

A obra do Centro de Cooperação da Cidade trata-se de uma requalificação onde funcionava o antigo Celeiro Cultural de João Pessoa. O prédio é localizado na Avenida João Cirilo da Silva, N° 850, no bairro Altiplano Cabo Branco. Para essa implantação, ocorrerá adequação do espaço para comportar a estrutura técnico-operacional do Centro. O referido prédio localiza-se em terreno com área verde, e a condição de preservação dos elementos arbóreos será mantida. Inicialmente a intervenção estava prevista para ser feita em 8 meses, no entanto, em decorrência do atraso da elaboração do projeto executivo que é de responsabilidade do empreiteiro, a obra apresenta hoje um atraso de 5 meses.

Neste segundo semestre de 2023 segui em andamento o processo para contratação do CCC Consolidado e da Infraestrutura da rede POL. O CCC Consolidado trata-se de uma contratação para o fornecimento de bens como: equipamentos tecnológicos, mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de monitoramento e alertas, equipamentos de comunicação, aquisição de softwares monitoramento urbano, controle semafórico, a implantação dos diversos atores municipais como: SAMU, SEMOB, SEMUSB e a integração e cooperação de todos estes com empresas, organizações sociais e parcerias. Para desenvolver soluções conjuntas para problemas locais, promovendo uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável.

A rede POL trata-se de uma contratação que irá permitir que o CCC fique interligado com a PMJP, através de uma infraestrutura tecnológica moderna (Fibra óptica), garantindo uma maior velocidade na transmissão de dados. Esta aquisição compreende equipamentos de rede, cabeamento de fibra óptica e todos os insumos para interliga-los.

A seguir podem ser observados os avanços no 2° semestre de 2023 desta intervenção segundo os itens do Plano de Aquisições.

Tabela 9 - Construção da Edificação.

<b>I.1.1.4.1.1 - Construção da Edificação (obras e infraestrutura).</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.751.532,95
Valor Contratado	US\$ 1.322.185,28
Status	Contrato em Execução
<b>Avanço</b>	
<p>A ordem de serviço foi assinada em 27/07/23. As atividades deram início com o isolamento da área destinada aos artesãos, com a implantação dos tapumes e limpeza da área. Embora nos primeiros meses o cronograma não alcançou meta satisfatória devido as dificuldades elencadas, mas os serviços continuaram sendo executados conforme resultado das últimas medições com a realização de etapas de fundação e superestrutura tais como sapatas, viga baldrame e pilares do mezanino, gerador, subestação e da escada.</p>	
<b>Dificuldades</b>	
<p>Os impactos foram devido à ausência de compatibilidade entre o projeto arquitetônico e estrutural, assim com a presença dos Artesãos na obra durante a execução das obras.</p>	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
<p>As ações que contribuiriam para o avanço do processo de execução de vários serviços na obra está sendo a transferência do celeiro (artesão) para outro prédio, que abrirá várias frentes de serviços e a elaboração dos projetos executivos que está em fase de alinhamento e aprovação nos órgãos públicos.</p>	

Tabela 10 - CCC Consolidado

<b>I.1.1.4.2.9 - Aquisição de Solução Consolidada para o CCC</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	Ainda será ajustado no PA
Valor Contratado	US\$ 9.971.532,95
Status	Previsto para o 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
<p>O Termo de Referência da Aquisição de Solução Consolidada para o CCC foi concluída, passou-se para a fase de orçamentação com a conclusão desta etapa, os valores apresentados superavam os valores destinado a esta aquisição. Necessitou-se de uma readequação do projeto para que este ficasse adequados aos recursos existentes. O Termo de Referência foi adequado com as mudanças necessárias, mantendo a eficiência e segurança em operação.</p>	
<b>Dificuldades</b>	
<p>Readequação do Escopo do projeto para atender o valor do orçamento.</p>	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	

Termo de Referência revisado para atender ao valor previsto.

Tabela 11 – Infraestrutura rede POL

<b>I.1.1.4.2.8 - Aquisição e implementação de infraestrutura para a rede POL (Passive Optical Lan).</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.162.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para o 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Conclusão da TR que irá permitir uma melhor integração entre a rede CCC com a rede Municipal de João Pessoa, já tendo passado pelos órgãos de controle estando em via de publicação de edital.	
<b>Dificuldades</b>	
Não se aplica	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Não se aplica	

## 4.2. SUBCOMPONENTE 1.1.2 – FINANCIAMENTO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS INTEGRAIS PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS

São financiados com recursos de Contrapartida Local a construção de cerca de 2.300 (duas mil e trezentas) habitações para aproximadamente 11.500 (onze mil e quinhentas) pessoas de baixa renda nos Conjuntos Habitacionais: Colinas de Gramame, São José, Saturnino de Brito e Vista Alegre. Também, são financiadas obras de infraestrutura básica e/ou equipamentos urbanos priorizados de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento Operativo do Programa (ROP) e em consistência com as políticas de salvaguardas do Banco.

### 4.2.1. CONJUNTO HABITACIONAL COLINAS DE GRAMAME

Tabela 12 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame

<b>Produto - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame</b>	
<b>Valor Reconhecido</b>	US\$ 3.889.840,20
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	PMJP

#### DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Residencial Colinas de Gramame, instalado na Rua Projetada, no bairro de Gramame, Loteamento Colinas do Sul, possui área de 14.137,65m<sup>2</sup> (quatorze mil cento e trinta e sete metros quadrados) e oferece um total de 432 (quatrocentos e trinta e duas) unidades habitacionais.

O Colinas de Gramame enfrenta dificuldade na gestão dos resíduos domésticos, como é comum em diversos conjuntos habitacionais de interesse social, dificuldade essa identificada no Plano de Ação elaborado pela UEP, na tentativa de solucionar esta dificuldade, a UEP planeja ação integrada como ocorrido em outros conjuntos habitacionais como ação corretiva e deverá implementar junto com as secretarias uma ação estruturada para melhoria da gestão a médio e longo prazo.

Para todos os quatro Conjuntos de Contrapartida foi elaborado um Plano de Ação contendo o rol de prioridades, que contou com a participação dos Técnicos Sociais dos quatro habitacionais. O Plano traz uma série de ações que devem ser realizadas pela gestão municipal através das secretarias para atendimento das salvaguardas ambientais e sociais nos

## Conjuntos Habitacionais.

Novas ações foram contempladas nesse último semestre para atendimento às salvaguardas ambientais e sociais. Nos aspectos ambientais, a arborização dos habitacionais e conforto térmico foram elencados como prioritários pelas especialistas do BID, durante missão realizada em agosto de 2023. Houve então uma visita técnica realizada com SEMAM, UEP e Gerenciadora para identificar possíveis locais para plantio de árvores. Assim como no São José, o Colinas de Gramame não possui déficit arbóreo, com espécimes em quantidade satisfatória encontradas próximo ao passeio que margeia o conjunto e entre os blocos

Em seguimento às atividades previstas na macroação do Sistema de Quiexas e Reclamações, apresentamos pontos de destaque respostas às dúvidas relativas a isenção do financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida. Essa isenção ocorreu através da Portaria Nº 1248/2023 do Ministério das Cidades que dispõe da isenção dos beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de pagarem as prestações dos imóveis do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). A medida vale para contratos nas modalidades subsidiadas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). A Caixa Econômica Federal, instituição financeira responsável pelos contratos, tem um prazo de 30 dias para regulamentar as regras e colocá-las em vigor. Após esses 30 dias a CAIXA passou a orientação para a Secretaria de Habitação que em breve iria chegar no aplicativo da CAIXA uma mensagem referente a essa portaria, indicando aos beneficiários o devem fazer.

Na macroação Educação para Saúde, foi dado continuidade às práticas esportivas com o grupo de mulheres, crianças, adolescentes e idosos com aeróbica, alongamentos, danças e práticas esportivas fortalecendo assim os vínculos do Trabalho Social com a Comunidade.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 13 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame

<b>I.1.2.1 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.889.840,20
Valor Reconhecido	US\$ 3.889.840,20 (reconhecimento realizado em junho/2021)
Status	Concluído
<b>Avanço</b>	
Monitoramento das salvaguardas sociais e ambientais. Não há déficit arbóreo nos residenciais, constatado em vistoria realizada pela SEMAM durante a atualização do Plano de Arborização. Aquisição de contêineres para acondicionamento do lixo.	

Isenção de financiamento do PMCMV, que foi um ganho para a população vulnerável.

**Dificuldades**

Não se aplica.

**Ação para a Dificuldade**

Não se aplica.



Figura 12 - Região de Implantação do Residencial Colinas de Gramame

Fonte: Google (2021)



Figura 13 - Residencial Colinas de Gramame

Fonte: PMJP (2020)



#### 4.2.2. CONJUNTO HABITACIONAL SATURNINO DE BRITO

Tabela 14 - Saturnino de Brito

<b>Produto - Saturnino de Brito</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 15.312.500,00
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	PMJP

#### **DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

O Conjunto Habitacional Saturnino de Brito foi instalado próximo a áreas degradadas, parte destas áreas estão dentro do terreno do habitacional e outra parte na Comunidade Renascer, limítrofe ao Conjunto. Com o objetivo de favorecer a recuperação ambiental de três áreas específicas a SEMAM elaborou um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), este vem sendo executado pelas secretarias municipais desde o segundo trimestre de 2022.

Para todos os quatro Conjuntos de Contrapartida foi elaborado um Plano de Ação contendo o rol de prioridades, que contou com a participação dos Técnicos Sociais dos quatro habitacionais. O Plano traz uma série de ações que devem ser realizadas pela gestão municipal através das secretarias para atendimento das salvaguardas ambientais e sociais nos Conjuntos Habitacionais.

Novas ações foram contempladas nesse último semestre para atendimento às salvaguardas ambientais e sociais. Nos aspectos ambientais, a arborização dos habitacionais e conforto térmico foram elencados como prioritários pelas especialistas do BID, durante missão realizada em agosto de 2023. Para atender a demanda, a SEMAM elaborou em setembro o Plano de Arborização do habitacional, executado em novembro.

Ao todo foram plantadas 12 mudas de plantas, todas elas produzidas no Viveiro Florestal da SEMAM com potencial de promover sombra. O plantio ocorreu com a integração da comunidade através das crianças residentes no habitacional e áreas circunvizinhas, em dia marcado por atividades educativas realizadas no CRC, desenvolvidas pela UEP, SEMAM, SEMHAB, SEDES, EMLUR, SEDEC e SEDES. Dentre elas, houve conscientização sobre o descarte de medicamentos, oferta dos serviços do Programa Inclusão Produtiva (Corte de Cabelo, Manicure e Artesanato), realização de exames de HPV, aferição de pressão arterial entre outros serviços disponibilizados pela SMS.

Outro aspecto ambiental levantado em missão foi a elevada quantidade de resíduos sólidos no habitacional. A EMLUR aumentou o número de coletores no Saturnino e, em visitas de monitoramento realizadas pela UEP, identificou-se notória limpeza no entorno do conjunto.

O acesso às políticas sociais é uma das importantes ações que diminuem situações de extrema vulnerabilidade social entre os moradores do Saturnino de Brito. Para permitir o acesso às políticas assistenciais é necessário que o cidadão tenha o NIS – Nº de Inscrição Social e para isso o CRC vem fazendo um trabalho junto às famílias do Residencial e Comunidade Renascer.

No período de referência, foram realizadas atividades relativas à assessoria de Gestão Condominial, zeladoria e demais atividades recorrentes no âmbito do residencial Saturnino de Brito. O cronograma de atividades junto a CAGEPA foi finalizada no último período (até dezembro/23), entretanto, a equipe se colocou à disposição para os casos remanescentes. As atividades mais relevantes são: entrega da titularidade dos imóveis do Residencial, como também a entrega dos comércios do residencial realizado no mês de dezembro/23 para finalizar uma demanda muito aguardada pelos mesmos. Registramos que será realizado monitoramento a partir dos próximos meses, no ano de 2024. O Regimento Interno foi apresentado pelo Gestor condominial Raphael da SEMHAB e discutido e aprovado com os beneficiários dos comércios, como também eleição para síndico de cada quadra (No caso são dois blocos de comércios), 2 síndicos ,1 para cada bloco . A Gestão condominial será feita pela SEMHAB através de acompanhamento social. A taxa de condomínio ficou decidida entre os beneficiários de início de R\$ 15,00 para despesas fixas mensais. O Sorteio foi realizado no canteiro de obras, com a presença dos comerciantes e equipe técnica da SEMHAB.

Uma das Macroações é a Mobilização, Organização e Fortalecimento Social para continuidade do acesso dos moradores do CH aos encaminhamentos e serviços públicos de assistência social, educação para jovens e adultos, acesso à cursos de capacitação profissional e gestão de negócios, campanhas de prevenção e apoio e acesso à serviços judiciais. O curso que foi executado no 2º semestre de 2023 foi o de empreendedorismo.

O acesso aos serviços educacionais é uma importante ação ofertada no Residencial Saturnino de Brito e as atividades de Educação de Jovens e Adultos que oferta cursos regulares para o 1º, 2º e 4º ciclo. Essa atividade não apenas oferta oportunidades para adultos que não tiveram acesso e para jovens que por problemas relacionados à violência tem restrição na circulação em outras áreas. Há duas turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, em funcionamento nas salas do Centro de Referência da Cidadania – CRC.

A coleta de RSU é importante para a saúde e o meio ambiente no CHSB. Foi identificada a instalação de apenas 3 contentores de resíduos. Este número é pequeno em comparação a produção de lixo de 400 (quatrocentas) UH no Saturnino de Brito.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 15 - Saturnino de Brito (habitação + infraestrutura)

<b>I.1.2.2 - Saturnino de Brito (habitação + infraestrutura)</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 8.524.136,10
Valor Reconhecido	US\$ 8.524.136,10 (reconhecimento realizado em junho/2022)
Status	Concluído
<b>Avanço</b>	
<p>Adequação na limpeza e organização das obras no CH, com evento da entrega dos espaços comerciais em dezembro.</p> <p>Realização de visita técnica para verificação dos locais potenciais para plantio de mudas, apresentados no Plano de Arborização.</p> <p>Atividades de educação ambiental com as crianças do residencial realizadas em dezembro, com realização de plantio de mudas de plantas.</p> <p>Aumento no número de contentores de resíduos, minimizando a quantidade de lixo nas cestas alocadas no CH.</p> <p>Realizada a entrega de titularidade aos beneficiários do CH Saturnino de Brito.</p> <p>Realizada a entrega dos pontos comerciais em dezembro/2023.</p>	
<b>Dificuldades</b>	
<p>Baixa arborização no residencial e resíduos domésticos dispostos de forma irregular.</p> <p>Pendência nas discussões na implantação do posto policial solicitado pela comunidade.</p>	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
<p>Atualização do Plano de Ação entre as secretarias municipais para fortalecimento das ações socioambientais.</p> <p>Realizar reunião com a Guarda Municipal.</p>	



Figura 14 - Região de Implantação do Residencial Saturnino de Brito

Fonte: Google, (2021)



Figura 15 - Residencial Saturnino de Brito

Fonte: PMJP (2020)

#### 4.2.3. CONJUNTO HABITACIONAL SÃO JOSÉ E INFRAESTRUTURA

Tabela 16 - Conjunto Habitacional São José com Infraestrutura

<b>Produto - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura</b>	
<b>Valor Reconhecido</b>	US\$ 6.807.582,59
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	PMJP

#### **DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

O Conjunto Habitacional São José oferece 336 (trezentos e trinta e seis) unidades habitacionais distribuídas em 11 blocos e acarreta melhoria de condições de habitação das famílias beneficiadas.

Para todos os quatro Conjuntos de Contrapartida foi elaborado um Plano de Ação contendo o rol de prioridades, que contou com a participação dos Técnicos Sociais dos quatro habitacionais. O Plano traz uma série de ações que devem ser realizadas pela gestão municipal através das secretarias para atendimento das salvaguardas ambientais e sociais nos Conjuntos Habitacionais.

Nos aspectos ambientais, a arborização dos habitacionais e conforto térmico foram elencados como prioritários pelas especialistas do BID, durante missão realizada em agosto de 2023. Assim, a SEMAM e UEP realizaram visita técnica em setembro de 2023 para identificar pontos potenciais de plantio para o São José. No entanto, foi constatado que o Conjunto não possui déficit de arborização, tanto os canteiros como as áreas de jardins entre os blocos possuem arborização satisfatória.

O Trabalho Social – TTS desenvolvido no pós-ocupação do Residencial São José, acompanhado por meio do PAC- Programa de Aceleração do Crescimento em convênio com Caixa Econômica Federal - CEF, faz parte dos conjuntos habitacionais de contrapartida, no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável. Este conjunto foi entregue aos usuários em dezembro de 2018 e teve contrapartida reconhecida no primeiro semestre de 2020. No plano de ação foram identificadas necessidades relativas a um plano de ação para melhoria da atividade dos comércios, cobertura nos espaços destinados aos veículos e fechamento da rua.

Durante o período em questão, o CH vem aprimorando o novo sistema de queixas, vinculado ao aplicativo João Pessoa na Palma da Mão, voltado para atendimento de demandas de toda a cidade. Houve um trabalho informativo quanto ao manuseio e a facilidade de acompanhamento de demandas de ordem pública. Nesse sentido, é possível o morador acompanhar sua solicitação, o que avaliamos como um ponto positivo no período. Outro ponto importante para o CH Novo São José é a construção de uma ponte e uma

passarela que interliga os bairros de Manaíra e São José para facilitar a mobilidade dos moradores e no acesso aos equipamentos diversos que permanecem no bairro, A previsão de finalização de obra é de maio/24.

Por outro lado, ainda é mantida a situação dos comerciantes, que, apesar de novas atualizações realizadas por equipe técnica, permanece sem a regularização da situação de construção dos boxes comerciais.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 17 - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura

<b>I.1.2.3 - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 6.807.582,59
Valor Reconhecido	US\$ 6.807.582,59 (reconhecimento realizado em fevereiro/2020)
Status	Concluído
<b>Avanço</b>	
Monitoramento das salvaguardas sociais e ambientais. Não há déficit arbóreo nos residenciais, constatado em vistoria realizada pela SEMAM durante a atualização do Plano de Arborização.	
<b>Dificuldades</b>	
Diálogo com a SEDURB para tratar sobre os comércios no residencial.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Realizar reunião com a SEDURB e SEPLAN para elaborar um plano de implantação de comércios.	



Figura 16 - Região de Implantação do Residencial Novo São José

Fonte: Google, (2021)



Figura 17 - Residencial Novo São José

Fonte: PMJP (2020)

#### 4.2.4. IMPLANTAÇÃO DO RESIDENCIAL VISTA ALEGRE

Tabela 18 - Implantação do Residencial Vista Alegre

<b>Produto - Implantação do Residencial Vista Alegre</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 13.377.441,10
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	PMJP

#### **DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

A construção do Residencial Vista Alegre contribuiu para a redução do déficit habitacional no município de João Pessoa, ofereceu um total de 2016 unidades habitacionais, distribuídas em onze condomínios denominados Vista Alegre I até o Vista Alegre XI, sendo 1827 unidades habitacionais convencionais e 189 unidades habitacionais para Portadores de Necessidades Especiais – PNE.

Neste último semestre, a SEMHAB em conjunto com a SEMAM ofereceu ao grupo de idosos do residencial, uma visita ao Parque Zoobotânico Arruda Câmara (BICA), que proporcionou passeio pela trilha ecológica do parque, na oportunidade o educador ambiental da SEMAM informou aos visitantes sobre a história da Bica e a importância de preservação daquele ecossistema para a cidade.

Para todos os quatro Conjuntos de Contrapartida foi elaborado um Plano de Ação contendo o rol de prioridades, que contou com a participação dos Técnicos Sociais dos quatro

habitacionais. O Plano traz uma série de ações que devem ser realizadas pela gestão municipal através das secretarias para atendimento das salvaguardas ambientais e sociais nos Conjuntos Habitacionais.

Nos aspectos ambientais, a arborização dos habitacionais e conforto térmico foram elencados como prioritários pelas especialistas do BID, durante missão realizada em agosto de 2023. O Plano de Arborização foi elaborado e executado pela SEMAM em setembro após identificação prévia de locais potenciais para plantio, em frente aos blocos e em algumas áreas de convivência. A equipe técnica ressaltou impossibilidade de realizar plantio entre os blocos, uma vez que alguns possuem acesso limitado e usos diversos pelos moradores.

O plantio não foi uma ação isolada e foi transformada em um evento de ação socioambiental, oferta de diversos serviços para os moradores do condomínio: cadastro de animais domésticos para castração (SEMAM); educação ambiental pelo grupo BateCumLata e zeladoria condominial (EMLUR); corte de cabelo, manicure e atualização do CadÚnico (SEDES); vacinação e odontomóvel (SMS).

Outro aspecto ambiental levantado em missão foi a elevada quantidade de resíduos sólidos no habitacional. Assim como no Saturnino, a EMLUR aumentou o número de coletores no Vista Alegre, que trouxeram melhorias para os moradores. Os três novos contentores foram considerados satisfatórios para a manutenção de limpeza local e para o armazenamento temporário dos resíduos dos moradores.

Um problema recorrente nos conjuntos de contrapartida é a gestão condominial e as dificuldades na continuidade da representação comunitária após a etapa inicial de pós mudança quanto há um entusiasmo perceptível entre os novos moradores. O que se observa é que com o passar do tempo há um esvaziamento na participação da comunidade. Ao se procurar os problemas identificados na gestão dos condomínios se percebe em primeiro lugar a dificuldade de comunicação e da gestão de conflitos entre os moradores associados ao condomínio, como também a dificuldade de acompanhamento e de medidas de promoção da conservação física da estrutura dos equipamentos e estrutura pertencentes ao condomínio e a dificuldade dos síndicos e equipe condominiais com os instrumentos de gestão administrativo e financeiro. Para responder a estes desafios identificados nos quatro condomínios de contrapartida (CH Vista Alegre, São José, Colinas de Gramame e Saturnino de Brito) se entendeu da necessidade de elaborar um termo de referência que possa apoiar a gestão condominial dos 4 Conjuntos Habitacionais de contrapartida e também dos Conjuntos Habitacionais que serão entregues a comunidade do CBR a partir de 2024.

Quanto ao período em questão, apresentaremos os principais avanços e desafios. Entre os avanços, destacamos o andamento da construção da Unidade de Saúde da Família – USF do CH para atendimento dos moradores do Saturnino de Brito, que está com 70% de obra concluída; as macroações relativas a saúde, enquanto não finaliza a obra, atende a população

com equipes multiprofissionais (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, dentistas, entre outros) de forma regular. Assim como o Odontomóvel permanece dias fixos no território para a tendimento da população.

Houve audiência com Ministério Público para atendimento das questões da CAGEPA, ou seja, diálogo entre as partes para chegar em acordo quanto a taxa de água do condomínio. O diálogo foi positivo, e culminou em uma taxa mínima fixa para não onerar a conta mensal dos condôminos do Vista Alegre 6. Quanto aos demais (de 7 a 11), o processo está em andamento.

Sobre as situações que permanecem pendentes durante o período, destacamos a questão dos catadores, que permanecem sem avanço: foram realizadas reuniões com catadores com aplicação de questionários, como também a captação do terreno para construção do galpão de reciclagem, entretanto, não avançou por falta de recursos para a construção por parte da EMLUR. Outro ponto de destaque é sobre os comércios irregulares, cuja situação é semelhante ao CH do São José, onde os comerciantes foram identificados, tipificados, há um terreno para possível construção, entretanto, não há recursos para a construção dos boxes comerciais.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 19 - Implantação do Residencial Vista Alegre

<b>I.1.2.4 - Implantação do Residencial Vista Alegre</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.377.441,10
Valor Reconhecido	US\$ 13.943.331,10 (US\$ 7.258.813,79 reconhecido em maio/2023)
Status	Concluído
<b>Avanço</b>	
Realização de Oficina para produção de sabão ecológico em parceria com SUDEMA (Superintendência de Administração de Meio Ambiente). Visita técnica para identificação de locais potenciais para plantio de mudas (SEMAM e UEP). Entrega do Plano de Arborização com espécies produzidas no Viveiro Florestal. Realização do evento socioambiental realizado dia 27/09, com ações: plantio de mudas (SEMAM), educação ambiental com grupo baticumlata (EMLUR), atualização do CadÚnico (SEDES), vacinação e odontomóvel (SMS). Entrega de três novos contentores de resíduos e ações de zeladoria. Construção da USF em fase de finalização. Acordo relativo à taxa mínima junto a CAGEPA para Vista Alegre 6. Demais, processo em andamento.	
<b>Dificuldades</b>	
Baixa arborização no residencial e resíduos domésticos dispostos de forma irregular. Dificuldade de construção de Galpão de Reciclagem para os catadores no entorno.	

Comércios irregulares, dificuldade de construção dos boxes comerciais em área de entorno.

**Ação para a Dificuldade**

Atualização do Plano de Ação entre as secretarias municipais para fortalecimento das ações socioambientais.

Diálogo com EMLUR para tratar de estratégias de captação ode recursos para a construção.

Diálogo com SEDURB para tratar de estratégias de captação ode recursos para a construção.



Figura 18 - Região de Implantação do Residencial Vista Alegre  
 Fonte: Google, (2021)



Figura 19 - Residencial Vista Alegre  
 Fonte: PMJP (2020)

#### 4.3. SUBCOMPONENTE I.1.3 – MELHORAMENTO DO HABITAT EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES VULNERÁVEIS

Será financiado o reassentamento involuntário de famílias em situação de risco em assentamentos irregulares do Complexo Beira Rio (CBR), selecionados pela situação de vulnerabilidade. No CBR serão financiadas, entre outras, as seguintes atividades:

- (i) projeto urbanístico integral da área;
- (ii) reassentamento de aproximadamente 840 (oitocentos e quarenta) famílias que vivem em zonas de risco, incluindo desapropriação de áreas para construção de cerca de 747 (setecentos e quarenta e sete) habitações;
- (iii) implementação de obras de infraestrutura e/ou equipamento urbano em áreas selecionadas;
- (iv) elaboração e implementação de um plano de acompanhamento socioeconômico para as famílias beneficiadas, incluindo a criação de um Escritório Local de Gestão (ELO); e
- (v) regularização cadastral e titulação de propriedades.

Em relação ao Complexo Via Férrea (CVF), com o Pleito de alteração do Contrato de Empréstimo, foram retirados os itens (i) e (ii) que estão abaixo em **negrito**, para ser realizado apenas o item (iii), os itens podem ser observados abaixo:

- **(i) o projeto urbanístico integral da área;**
- **(ii) seleção de obras essenciais para prover serviços de infraestrutura básica e/ou equipamento urbano; e**
- (iii) recuperação socioambiental do Antigo Lixão do Roger.

##### 4.3.1. URBANIZAÇÃO DE ÁREAS SUBNORMAIS NO COMPLEXO BEIRA RIO

Tabela 20 - Urbanização integrada de áreas subnormais do Complexo Beira Rio

<b>Produto - Urbanização integrada de áreas subnormais no Complexo Beira Rio</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 57.242.954,87
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID/PMJP

## DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Complexo Beira Rio – CBR é composto por oito (08) comunidades:

- Brasília de Palha;
- Cafofo/Liberdade;
- Miramar;
- Tito Silva;
- Padre Hildon Bandeira;
- Vila Tambauzinho;
- Santa Clara; e
- São Rafael.

Essas Comunidades estão inseridas nos Bairros:

- Expedicionários;
- Torre;
- Miramar;
- Tambauzinho; e
- Castelo Branco.

No Complexo Beira Rio há centenas de famílias morando em situação de risco. A área de intervenção caracteriza-se por notável irregularidade fundiária, com a existência de invasões de propriedades privadas e públicas (terras de domínio da União e do Município) e outras provenientes de doação, e ocupação de áreas sujeitas à inundação, inseridas em Áreas de Preservação Permanente – APP e Zona Especial de Preservação dos Grandes Verdes – ZEP2.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, iniciou conversas junto à CAGEPA para que seja firmado um convênio especificando as mútuas responsabilidades na execução das obras de esgotamento sanitário e sua futura operação e manutenção.

O Complexo Beira Rio trata-se de um projeto audacioso, onde serão construídas unidades habitacionais, equipamentos públicos, parque linear e intervenções de infraestrutura nas comunidades com serviços de pavimentação, contenção de encostas, drenagens, esgotamento sanitário, iluminação pública e outros projetos em paralelo para atender às demandas sociais da região.

No início de 2023 ocorreu o término da licitação para as Obras nos 3 (três) Lotes para os habitacionais no CBR, com Ordens de Serviços emitidas em maio/2023, para as empresas:

- Lote 01: a vencedora foi a CONSTRUTORA LITORAL LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 02.909.693/0001-65, com proposta no valor total de R\$ 16.767.306,72 (dezesseis milhões setecentos e sessenta e sete mil trezentos e seis reais e setenta e dois centavos). A empresa será responsável pela construção do

Conjunto Habitacional no Terreno 01, com três blocos de uso misto, com total de sete pavimentos, totalizando 106 (cento e seis) unidades habitacionais, 03 (três) unidades comerciais e 01 (um) salão para reuniões e eventos condominiais.

- Lotes 02 e 03: a vencedora foi a UCHÔA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 02.909.693/0001-65, com proposta no valor total de R\$ 99.433.630,58 (noventa e nove milhões quatrocentos e trinta e três mil seiscentos e sessenta reais e cinquenta e oito centavos). A empresa será responsável pela construção dos conjuntos Habitacionais e equipamentos comunitários nos Terrenos 02 e 03 do CBR, com um total de 24 (vinte e quatro) blocos de uso misto, com 341 (trezentos e quarenta e uma) unidades habitacionais, 13 (treze) unidades comerciais e 04 (quatro) salas para reuniões e eventos condominiais.

No terreno 01, ao final do semestre a fase de fundações foi concluída, como pode ser observado na Figura 20 abaixo:



Figura 20 - Obras Terreno 01 CBR  
Fonte: PMJP, (2023).

Nos terrenos 02 e 03, ao final do semestre a etapa de fundação foi concluída e de estruturas iniciado, conforme apresentado nas Figuras 21 e 22 abaixo:



Figura 21 - Obras Terreno 02 CBR  
Fonte: PMJP, (2023).



Figura 22 - Obras Terreno 03 CBR  
Fonte: PMJP, (2023).

Atualmente não existem obras de infraestrutura em andamento no Complexo Beira Rio. Neste semestre foi publicado o edital para as obras de infraestrutura nas 8 comunidades, dividido em 4 lotes, porém, em apenas dois lotes houveram propostas. Ao fim do semestre os dois lotes que receberam propostas estavam já homologados, em formalização de consórcio para assinatura do contrato. Para os outros dois lotes que não receberam propostas, o Termo de Referência já havia sido revisado, orçamento atualizado e estava em análise pelos órgãos de controle.

Com relação as Obras de Contenção, no semestre anterior, o DNIT solicitou à prefeitura

por meio do Ofício N° 63370/2023/SRE – PB a autorização para execução de Contenções do Km-19 da BR-230/PB na Comunidade Santa Clara. Em dezembro/2023 o DNIT deu Ordem de Serviço para o início das obras.

Para as outras obras de contenção a serem feitas no CBR, na comunidade Miramar e Santa Clara, no segundo semestre de 2023 a UEP, atualizou o Termo de Referência e Orçamento e ao final do semestre o processo estava em análise pelos Órgãos de Controle.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 por cada entrega desta intervenção.

Tabela 21 - Obras de construção das 565 Unidades habitacionais

<b>I.1.3.1.2.1 - Obras de construção das 747 Unidades habitacionais e dos equipamentos comunitários no CBR</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 23.941.993,78
Valor Contratado	US\$ 22.531.983,15
Status	Contrato em execução
<b>Avanço</b>	
Obras em andamentos, na fase de fundações e estrutura.	
<b>Dificuldades</b>	
As obras tiveram um pequeno atraso devido as condições dos terrenos.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Foi realizada uma reprogramação do cronograma, de maneira que irá reestabelecer o prazo inicial.	

Tabela 22 - Obras de Contenção no Complexo Beira Rio

<b>I.1.3.1.1.2.1 - Obras de Contenção no Complexo Beira Rio.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.880.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Parte da obra foi assumida pelo DNIT, e já foi licitado. As obras de contenção no Miramar e uma em Gabião no Santa Clara tiveram o processo reaberto, com previsão de edital publicado para janeiro de 2024.	
<b>Dificuldades</b>	
Não se aplica.	

<b>Ação para a Dificuldade</b>
Não se aplica.

Tabela 23 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR.

<b>I.1.3.1.1.2.3 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.384.538,86
Valor Contratado	US\$ 2.006.668,51
Status	Previsto para 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Obras Licitada em 4 lotes, sendo que os lotes 2 e 3 foram homologadas, tendo o Consorcio MVP & KANOVA. Já os lotes 1 e 2 foram desertos.	
<b>Dificuldades</b>	
Envio por parte do consórcio dos seguros de garantia e risco de engenharia.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Articulação junto ao consórcio para análise das minutas de garantia e risco de engenharia enviadas para consolidação.	

Tabela 24 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR – 2º Etapa.

<b>I.1.3.1.1.2.5 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR - Lotes 1 e 4.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.934.492,89
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Processo em andamento com previsão de lançamento de edital para fevereiro de 2024.	
<b>Dificuldades</b>	
Não se aplica.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Não se aplica.	

Tabela 25 - Obras de Implantação do Parque Linear no CBR

<b>I.1.3.1.1.2.4 - Obras de Implantação do Parque Linear no CBR.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.566.914,23
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Elaboração e envio do EVA para análise na SEMAM.	
<b>Dificuldades</b>	
Aguardando análise a aprovação do EVA para lançar licitação das obras do Parque Linear.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Acompanhamento junto a SEMAM para as devidas análises e aprovações.	

Tabela 26 - Obras de Construção do Vila Santa Clara

<b>I.1.3.1.1.2.3 - Obras de Construção do Vila Santa Clara.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 815.976,86
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Aguardando ordem judicial para acessar o terreno.	
<b>Dificuldades</b>	
Dificuldade em acessar o terreno para fazer sondagem e topografia.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
A PGM entrou com um pedido de reintegração de posse.	

Tabela 27 - Consultor individual para elaboração de proposta de Proposta de Viabilidade

<b>I.1.3.1.1.2.6 - Consultor individual para elaboração de proposta de Proposta de Viabilidade de Implantação de conjunto comercial no lote 3 do Complexo Beira Rio.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 37.000,00
Valor Contratado	US\$ 29.208,92
Status	Previsto para 1º semestre de 2024

Avanço
<p>Processo de contratação da Seleção Direta da Consultora Larissa Garcia para continuidade dos serviços de análise de viabilidade econômica, que foram realizados anteriormente no Programa.</p> <p>Em outubro foram finalizadas as análises dos órgãos de controle no processo de contratação, por se tratar de uma contratação direta e ex-ante, teve de passar por revisão do BID, em novembro recebeu a Não Objeção, em dezembro o contrato foi assinado e em janeiro de 2024 foi emitida a Ordem de Serviço.</p>
Dificuldades
Não se aplica.
Ação para a Dificuldade
Não se aplica.

#### 4.3.2. REASSENTAMENTO E ATIVIDADES SOCIAIS

Produto - Reassentamento e Atividade Sociais	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 3.639.884,0
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

Tabela 28 - Reassentamento e atividades sociais

#### DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Complexo Beira Rio – CBR é composto por oito (08) comunidades: Brasília de Palha, Cafofo/Liberdade, Miramar, Tito Silva, Padre Hildon Bandeira, Vila Tambauzinho, Santa Clara e São Rafael. Essas Comunidades estão inseridas nos Bairros: Expedicionários, Torre, Miramar, Tambauzinho e Castelo Branco.

No Complexo Beira Rio há centenas de famílias morando em situação de risco. A área de intervenção caracteriza-se por notável irregularidade fundiária, com a existência de ocupações de áreas privadas e públicas (terras de domínio da União e do Município) e outras provenientes de doação, e ocupação de áreas sujeitas à inundação, inseridas em Áreas de Preservação Permanente – APP e Zona Especial de Preservação dos Grandes Verdes – ZEP2.

A população da área apresenta baixo nível de escolaridade, onde de 2063 (duas mil e sessenta e três) pessoas cadastradas, 888 (oitocentos e oitenta e oito) pessoas estão apenas com o ensino fundamental completo, representando 43% (quarenta e três por cento). Os chefes de família na região possuem renda média mensal de R\$ 607,94 (seiscentos e sete reais e noventa e quatro centavos) (Diagnostico Socioeconômico do CBR, 2022).

O Programa João Pessoa Sustentável contratou uma empresa para realizar o Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR, que acompanhe e promova as ações de transformações socio-urbanísticas, ambientais e econômicas do Programa no território, com foco nas atividades de reassentamento das famílias atualmente em situação de risco, como também na melhoria geral do bem-estar de toda a população das oito comunidades do CBR.

Em 2021 a Prefeitura de João Pessoa realizou a contratação do Consórcio DEMACAMP – ÂNIMA, em julho/2021 foi dada a Ordem de Serviço para início das suas atividades.

A equipe do Plano de Desenvolvimento Comunitário – PDC é a responsável pela elaboração de um Banco de Dados com as informações de todas as famílias nas comunidades a serem reassentadas. Este levantamento de dados das famílias foi realizado através das visitas nos domicílios após haverem sido selados e estando na poligonal do projeto e na área de risco onde foram cadastrados:

- o Todas as pessoas identificadas e cadastradas, dentro do limite de elegibilidade da área de risco, que ocupam os lotes e edificações com indicativo de remoção a partir dos critérios definidos pelo Programa, independentemente de sua condição de regularidade fundiária (regular ou irregular), de sua relação com o imóvel (proprietário, posseiro, ocupantes, locatários);
- o Todas as pessoas que tenham suas edificações, independentemente do uso e das condições de ocupação, interditados pela Defesa Civil durante a vigência do Programa, desde que devidamente identificadas e cadastradas pela equipe social;
- o Famílias que tenham sido identificadas como convivência involuntária durante o processo de cadastramento.

No segundo semestre de execução de 2023, o PDC realizou, além dos atendimentos no ELOS, destacamos a criação e sistematização dos Comitês Temáticos, implementação do Sistema de Queixas e Reclamações, Controle de Ocupações, Consultas Públicas em 5 comunidades, como também entregas de Compra Assistida, entre outras atividades.

A seguir, apresentaremos os principais destaques do segundo semestre de 2023 nas atividades relativas ao Complexo Beira Rio, considerando os avanços e os pontos sensíveis do período:

#### **4.3.2.1 AVANÇOS**

As atividades pertinentes ao eixo das ações de estruturação das atividades sociais os quatro escritórios locais de gestão – ELO, funcionaram em todo o período com as equipes locais que realizaram o atendimento do público beneficiário. Conforme apresentado na revisão da PMR enviada em agosto/2023, o Consórcio realizou 6.059 atendimentos no 2º

semestre de 2023, distribuído da seguinte forma:

- Atendimento Individual Remoto: 1.232;
- Atendimento Individual Presencial ou no ELO: 993;
- Atendimentos telefônicos: 3.077;
- Vistoria ou Atendimento Social Individual na Casa do Beneficiário: 86;
- Atendimento Coletivo em Encontros/Reuniões etc.: 671.

Neste período também foram garantidas as instâncias participativas previstas no cronograma do PDC, são elas: Comitê de Relocalização, onde foram realizados 6 (seis) encontros com a participação 129 (cento e vinte e nove) pessoas no total de encontros; Comitê de Acompanhamento a Obra, realizados 3 (três) encontros com participação de 66 (sessenta e seis) pessoas; Comitê de Oportunidades de Geração de Renda, onde foram realizados 5 (cinco) encontros com a participação de 51 (cinquenta e uma) pessoas interessadas no tema e, por último, o Comitê de Gênero, que promoveu apenas 2 (dois) encontros, e contou com a participação de 68 (sessenta e oito) mulheres. Essas instâncias garantem a participação permanente das famílias nas discussões e esclarecimentos quanto às dúvidas dos mesmos nas várias temáticas apresentadas. A periodicidade da visitas às obras também é relevante no processo de participação, que dá a oportunidade dos representantes do comitê e demais moradores das comunidades terem a noção da área construída, por unidade, nos conjuntos habitacionais. Quanto ao Comitê de Acompanhamento de Oportunidades de Geração de Trabalho e Renda, as discussões são voltadas para a demanda de catadores, criadores e demais demandas de renda. A questão de Gênero está sendo trabalhada na perspectiva de discutir junto às mulheres a questão de pertencimento e do empoderamento feminino, através de pautas específicas.

O sistema de queixas e reclamações está em operação nos ELOs pela equipe técnica no campo ou meio virtual e acolheu um nº 69 demandas que se referem a 43 reclamantes, o balanço das demandas identificou que 84,1% das demandas foram respondidas e 15,9% em aberto, conforme a Figura 23 a seguir:

### 3. QUEIXAS EM ABERTO

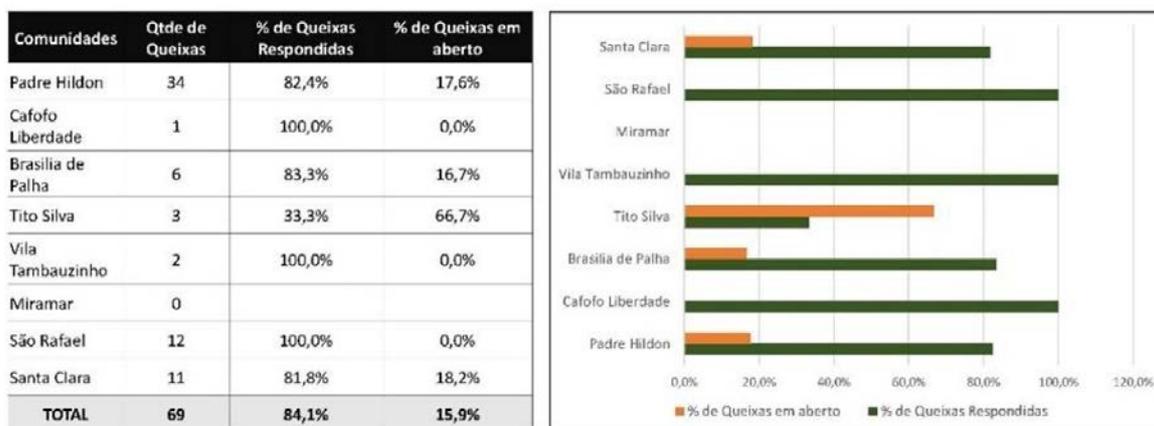


Figura 23 - Queixas em aberto  
Fonte: PMJP, (2023).

O Controle de Ocupação da Área de Intervenção, é o monitoramento das áreas de atuação do Programa João Pessoa Sustentável no que tange a ocupações irregulares, construções de novas edificações, ou melhorias e ampliações nas áreas de afetação total ou parcial das comunidades do Complexo Beira Rio. Como metodologia, a equipe do Plano de Desenvolvimento Comunitário desenvolveu ações e aplica mecanismos de controle, em parceria com outros agentes públicos da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Entre as ações desenvolvidas estão a identificação dos lotes e atualização cartográfica, o cadastro socioeconômico, a instalação das placas do controle de ocupação, o cadastro imobiliário, o monitoramento das interdições, as demolições, e principalmente o acompanhamento mensal da equipe técnica. As compensações previstas que também são fruto do cadastramento socioeconômico e das visitas e conferências posteriores realizadas pela equipe social da contratada indica que no final do segundo semestre de 2023 há 1.462 medidas de compensação previstas sendo: 891 compensações habitacionais; 465 compensações financeiras; 106 reposições de atividade.

Nos meses de setembro e outubro do corrente ano, foram apresentados os Planos de Reassentamento e Relocalização e realizadas as Consultas Públicas nas seguintes comunidades: em setembro/23, realizadas em Cafofo Liberdade e Brasília de Palha, onde estiveram presentes 34 moradores; em outubro/23 foram realizadas as Consultas em Vila Tambauzinho e Miramar, onde estiveram presentes 72 moradores, como também em Tito Silva, com a presença de 78 moradores. Nas Consultas foram apresentados e aprovados os respectivos Planos de Reassentamento e Relocalização das referidas.

No mês de novembro do corrente foram entregues 10 (dez) unidades habitacionais, através da modalidade de reassentamento Moradias Adquiridas no Mercado Imobiliário, ou seja, Compra Assistida. Apesar da objeção da equipe SEPLAN quanto aos laudos apresentados

pela DEMACAMP, houve um esforço do município em elaborar e validar os referidos laudos, para destravar o processo e, assim, garantir um modelo para ser seguido pela empresa contratada para os demais processos. Ocorre que, até dezembro/23, não havia sido sanada a questão.

Outros pontos de destaque são: o início dos cursos profissionalizantes voltados para mulheres, iniciando com o curso de Pintor de Imóveis no mês de dezembro de 2023, com uma turma inscrita de 16 mulheres com previsão de término para final de janeiro/24. Outro ponto importante, é a finalização do mapeamento de PCD's (Pessoas com Deficiências) e idosos no território CBR. A referida atividade foi executada pela equipe de 4 (quatro) assistentes sociais da Gerenciadora Áquila, que elaborou um Plano de Ação, questionários que foram aplicados nas visitas domiciliares com ciência e autorização dos moradores, onde apresentou cronograma de execução à coordenação social, recebeu a base de dados primária e realizou atividade durante os meses de novembro e dezembro/23. Outras pautas desta equipe trata de apoio a outras frentes frágeis no território, como visitas domiciliares, mobilização para as inscrições dos cursos profissionalizantes, acompanhamento das interessadas em EJA (Educação Jovens e Adultos), parceria com os equipamentos nos territórios, entre outros, de acordo com demandas solicitadas pela coordenação.

As alterações no número total de lotes e no Cenário de Afetações impactam diretamente no número de compensações e beneficiários previstos no Programa João Pessoa Sustentável. Qualquer mudança nas áreas de afetação, sejam elas por revisões dos estudos de risco, por novas interdições, ou por impactos por frentes de obras, alteram diretamente os quantitativos apresentados. Até dezembro de 2023, dos 1921 lotes existentes no Complexo Beira Rio, 1199 não serão afetados, 13 serão afetados parcialmente e precisarão ser adaptados, e 709 estão com afetação total e passarão pelo processo de reassentamento ou realocação, conforme tabela a seguir, detalhada por comunidade:

CENÁRIO DE AFETAÇÃO POR LOTE DO COMPLEXO BEIRA RIO – ATÉ DEZEMBRO 2023

COMUNIDADES	SEM AFETAÇÃO	AFETAÇÃO PARCIAL	AFETAÇÃO TOTAL	TOTAL
Cafofo/Liberdade	39	2	9	50
Brasília de Palha	115	1	6	122
Padre Hildon Bandeira	131	0	212	343
Vila Tambauzinho	22	1	9	32
Miramar	230	0	29	259
Tito Silva	152	0	142	294
São Rafael	238	3	212	453
Santa Clara	272	6	90	368
<b>TOTAL</b>	<b>1199</b>	<b>13</b>	<b>709</b>	<b>1921</b>

#### 4.3.2.2. PONTOS SENSÍVEIS

Durante o período em questão ocorreram pontos de atenção junto ao andamento do trabalho social no território CBR, principalmente voltado para duas comunidades específicas: São Rafael e Padre Hildon Bandeira. Conforme será relatado a seguir, foram registradas insatisfações de lideranças e demais parceiras das referidas e uma não aceitação quanto aos estudos de risco da poligonal por eles informarem que existem áreas nas comunidades que não alagam. Durante o texto, além dessa questão, considerada crítica, uma vez que impacta em não realização das respectivas Consultas Públicas e, portanto, impossibilidade de dar continuidade às medidas de compensação, há outros pontos sensíveis relevantes para serem apresentados no presente documento.

Sobre o primeiro ponto sensível, no mês de setembro do corrente ano, foram realizadas visitas institucionais, através da Gestão Governamental e Articulação Política (SEGGOV), às comunidades São Rafael e Padre Hildon Bandeira, provocadas por insatisfação de parte das referidas comunidades, por não estarem de acordo com o estudo de risco aplicado nos dois territórios e solicitação de revisão da poligonal de risco. Nesse período, as visitas foram realizadas com representantes das seguintes secretarias: SEGGOV, através do secretário Diego Tavares e equipe UEP, COMPDEC, Consórcio Demacamp/GTA-GCA, lideranças das comunidades, entre outros. O objetivo da visita era, de fato, identificar, através de novo estudo, e de forma transparente e participativa, possíveis ajustes quanto aos cenários estudados. O resultados seriam apresentados posteriormente, através do próprio gabinete do prefeito Cícero Lucena, que foi outra solicitação da população. A reunião ocorreu no dia 18/12/23, e os principais encaminhamentos foram: os moradores afetados na área de monitoramento terão um prazo de, até o final do programa para aderir, caso queiram, às modalidades de compensação oferecidas pelo Programa. Após esse prazo, caso as famílias não concretizem a adesão, em situação de risco iminente, terão que procurar os demais programas oferecidos pelo município. Importante também registrar a necessidade de envolvimento do Ministério Público Federal e Estadual para conhecimento e decisão quanto ao processo, que deverá ser apresentado através da Procuradoria do Município. Estão sendo pensadas datas para as devolutivas aos moradores, prevista para o mês de janeiro/24. Após esse momento, foi necessária a elaboração de um Plano de Ação para acompanhamento das queixas das duas comunidades que acioaram canais da PMJP e também canais de reclamação do BID. As atividades realizadas envolveram quatro reuniões com o grupo de lideranças do CBR, a participação da Unidade Executora do Programa (UEP) e da empresa contratada para execução do contrato do Plano de Desenvolvimento Comunitário – PDC para responder às queixas registradas e aumentar a comunicação entre os representantes da

comunidade e o programa. Nestas reuniões foi estabelecido um diálogo direto para responder aos reclamantes as questões registradas e para melhorar a comunicação com as lideranças foi criado um grupo de comunicação instantânea, estabelecida uma agenda de reuniões quinzenais com maior transparência e resolutividade nas questões apontadas e um espaço de diálogo para sugestões de atividades para o trabalho dos ELOS.

Destacamos também, pontos de atenção relativos à execução do PDC, onde, apesar de termos avançado nas Consultas Públicas durante o período em destaque, identificamos carências de ajustes quanto às entregas do Consórcio DEMACAMP/GTA-GCA. Em novembro/24, a houve uma reunião para discussão relativa a reprogramação das atividades, uma vez que o Consórcio não conseguia que os laudos apresentados fossem aprovados pela COPAD / SEPLAN. Isso estava impactando negativamente no desempenho do programa, uma vez que também impactava nas medições de aluguéis emergenciais sem solução imediata, através da Compra Assistida. Além de outros pontos sensíveis relativos ao Sistema de Queixas e Reclamações, que necessitava de ajustes urgentes, pois não fazia sentido e contou com o apoio da consultora BID Carla Sanche para direcionar as discussões. O Sistema de Monitoramento também não teve bom desempenho e havia a expectativa de iniciar o PDT (Plano de Desenvolvimento Territorial), entretanto, com a reprogramação ajustada no período, só foi possível iniciar o curso de qualificação profissional voltada para mulheres, em parceria com o SENAI. Todo esse processo ocorrido no segundo semestre de 2023 suscitou questionamentos sobre a inviabilidade de manutenção do escopo das atividades previstas, uma vez que o contrato com a mesma finalizaria em agosto/24 e não havia, ao menos, as Consultas finalizadas no território.

Outro ponto de fragilidade identificado no eixo I, estruturação das atividades sociais é a falta da operacionalização do sistema de monitoramento e avaliação que embora aprovado o documento metodológico, não está em operacionalização conforme previsto com as coletas de dados a cada três meses.

Já no eixo II também há um alerta quanto ao prazo de apresentação dos Entregáveis 10 e 11 sobre pós ocupação e a incompatibilidade de prazos até o final do contrato com o Consórcio.

Muito embora haja estudos realizados sobre as indenizações das atividades econômicas, os estudos estão aquém da necessidade identificada e precisa haver celeridade na realização dos estudos que possa dar maior clareza de volume e impacto orçamentário. Assim como ainda não foi finalizado o Decreto de Indenizações por parte do Poder Público, o que contribui para

Diante dos pontos sensíveis apresentados anteriormente, há a necessidade de discussão quanto a possibilidade de contratação de uma nova empresa para promover celeridade nas

ações sociais e que tenham uma coordenação técnica que esteja integralmente localizada no Município de João Pessoa, pois, atualmente a atuação é de forma híbrida que dificulta o processo de gestão das atividades, haja vista que a coordenação técnica, Márcia Terlizzi, se desligou da função no final do semestre.

Tabela 29 - Contratação de Empresa Especializada para Implantação do PDC no CBR

<b>I.1.3.2.1.1 - Contratação de Empresa Especializada para Implantação do Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Valor Contratado	US\$ 2.250.047,93
Status	Em execução
<b>Avanço</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização da Consultas Significativas das seguintes comunidades: Brasília de Palha, Cafofo Liberdade, Miramar, Vila Tambauzinho e Tito Silva.</li> <li>- Início do curso profissionalizante voltado para mulheres – Pintor de Obras Imobiliárias;</li> <li>- Comitês de Acompanhamento a Obra, de Acompanhamento de Geração de Trabalho e Renda, de Relocalização e de Gênero;</li> <li>- Realização e entrega de 10 unidades de Compra Assistida.</li> </ul>	
<b>Dificuldades</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Laudos apresentados pelo Consórcio ainda não aprovados;</li> <li>- Recusa de 2 (duas) comunidades quanto aos estudos de risco – São Rafael e Padre Hildon Bandeira;</li> </ul>	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dialogo com Secretaria de Habitação (que também realiza compra assistida no município) para proposta de solução quanto a análise dos laudos;</li> <li>- Realização de mais um estudo e devolutiva do Prefeito quanto aos resultados, além do envolvimento com Ministério Público e diálogo com as famílias envolvidas.</li> </ul>	

Tabela 30 - Regularização Fundiária

<b>I.1.3.1.3.1 - Aquisição de Imóveis / Indenizações do CBR</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 6.719.959,64
Valor Contratado	US\$ 206.054,50 (Pagamentos realizados até dezembro/2023)
Status	Em Execução
<b>Avanço</b>	
Entrega de 10 imóveis através da Compra Assistida, cujos laudos foram elaborados, excepcionalmente, pela SEPLAN.	

<b>Dificuldades</b>	
Não aprovação dos laudos apresentados pela DEMACAMP.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Reunião com SEMHAB (Secretaria Municipal de Habitação) sobre possibilidade de análise de elaboração / validação dos laudos.	

Tabela 31 - Regularização Fundiária

<b>I.1.3.2.5.1 - Regularização Fundiária (Elaboração e Execução de Projeto de Regularização Fundiária de 8 comunidades)</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 831.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre 2024
<b>Avanço</b>	
Termo de Referência e orçamentos elaborados, edital publicado em outubro. Pregão realizado com muitas empresas concorrentes. Processo Homologado, previsão de assinatura de contrato e Ordem de Serviço para o início de 2024.	
<b>Dificuldades</b>	
Não se aplica.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Não se aplica.	

### 4.3.3. RECUPERAÇÃO DO ANTIGO LIXÃO DO ROGER

Tabela 32 - Recuperação do Antigo Lixão do Roger

<b>Produto - Recuperação do Antigo Lixão do Roger</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 13.055.248,00
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID/PMJP

#### **DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

O Antigo Lixão do Roger foi utilizado por aproximadamente 50 (cinquenta) anos como um local de deposição inadequada de resíduos sólidos oriundos da coleta domiciliar e de limpeza urbana de João Pessoa e outras cidades do entorno. O Lixão do Roger foi encerrado em 2003 e os monitoramentos realizados após essa data indicam contaminação das águas subterrâneas, sendo ele um dos possíveis responsáveis por essa situação. A proximidade com Comunidades locais e passivo ambiental identificado indicam a necessidade de direcionamento correto quanto ao seu encerramento, que envolvem atividades de descontaminação e recuperação da área. O Projeto de Recuperação do Antigo Lixão do Roger prevê ainda a instalação de um Parque Socioambiental do Roger, instituindo um novo uso para a área.

No final do primeiro semestre de 2023 foi publicado o edital para a 1º fase das obras no Antigo Lixão, com abertura das propostas em setembro/2023. Após análise das propostas o Consórcio Cetus Lomacón foi o vencedor. Atualmente está em andamento a Obra de Recuperação do Antigo Lixão do Roger, que teve Ordem de Serviço em dezembro/2023.

No início do segundo semestre de 2023, houve a aprovação do Produto 07 – Projeto Urbanístico do Parque Socioambiental do Roger. Com o documento aprovado, a UEP solicitou à Gerenciadora a elaboração do Orçamento Estimativo e o Termo de Referência para execução das obras do Parque Socioambiental do Roger, com contratação integrada. Em seguida o processo foi encaminhado aos órgãos de controle e publicado edital no mês de dezembro, com recebimento de propostas até o mês de março de 2024.

Durante o segundo semestre de 2023 a CAGEPA realizou visita técnica a campo para identificação dos pontos de coleta onde serão realizados as contraprovas dos lixiviados para atestar sobre a capacidade de co-tratamento na ETE do Baixo Roger. A contratação da 2º etapa das Obras no Antigo Lixão do Roger contempla a Estação de Tratamento de Lixiviados caso não haja atestado de viabilidade técnica favorável da CAGEPA.

Quanto ao Plano de Gestão do futuro Parque Socioambiental do Roger, foi realizada a construção da minuta de forma integrada, com a colaboração dos Órgãos Municipais Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana – EMLUR, Fundação Cultural de João Pessoa

- FUNJOPE, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SEDEST, Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação - SEJER, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMAM. Diante disso, foram disciplinados no documento o objeto, a justificativa do Plano, a descrição das ações conjuntas entre os Órgãos Municipais, a administração do Parque (dividida em geral e setorial), os efeitos do Parque tanto positivos quanto negativos, a administração financeira (geral e setorial), os equipamentos que serão objeto de concessão e, por fim, o cronograma das ações.

A discussão para elaboração de uma minuta inicial foi realizada ainda durante a missão de supervisão técnica e de salvaguardas socioambientais em agosto de 2023 e encaminhada para o BID em setembro. Em novembro o BID aprovou a minuta enviada, com alguns ajustes sugeridos.

No que se refere ao Plano de Ação para os catadores na área do Antigo Lixão do Roger, foram realizadas reuniões com a Superintendência da EMLUR durante o período deste relatório, que sugeriu a criação de um grupo de trabalho envolvendo outras entidades municipais. O grupo de trabalho foi formado e envolve representantes da Unidade Executora do Programa – UEP, pela Autarquia Municipal Especial de Limpeza Urbana – EMLUR, pela Secretaria de Desenvolvimento Social -SEDES, Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM, Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania – SEMUSB e Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho SEDEST.

Em reuniões subsequentes foi iniciada a construção de um Plano de Ação mais robusto, com o objetivo de trazer uma solução definitiva para os catadores remanescentes que ainda utilizam a área do Antigo Lixão do Roger. A minuta foi elaborada e apresentada pelo grupo durante a missão de salvaguardas. O envio da minuta para o BID ocorreu em dezembro/2023.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 33 - Desapropriação/Indenização da área do antigo Lixão do Roger

<b>I.1.3.4.1.2 - Desapropriação/Indenização da área do Antigo Lixão do Roger</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 732.802,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2024
<b>Avanço</b>	
Processo em análise pelo Grupo Especial para Emissão da Cessão (GEDEUSP) na SPU-Brasília para obtenção da cessão e criação do novo Registro Imobiliário Patrimonial (RIP).	

<b>Dificuldades</b>
Atrasos devido a alteração do fluxo para obtenção da cessão e o tipo de cessão a ser emitida devido aos usos previstos nos equipamentos com possível exploração econômica (cessão em condições especiais). Abertura do Mandado de Segurança (nº 0858625-11.2023.8.15.2001) impetrado pelos foreiros herdeiros, apesar da análise inicial da SPU ter considerado apresentação documental insuficiente.
<b>Ação para a Dificuldade</b>
Reuniões semanais para acompanhamento do processo junto ao Superintendente da SPU/PB. Devido ao atraso para obtenção da cessão, a SPU se comprometeu a enviar uma Autorização de Obras de forma complementar à PDISP, ampliando amparo jurídico. Monitoramento semanal do Mandado de Segurança, que se encontra concluso para decisão pelo juiz responsável.

Tabela 34 - Consultoria para elaboração dos projetos para o Antigo Lixão do Roger

<b>I.1.3.4.1.1 - Consultoria para elaboração dos projetos básicos e executivos para remediação do Antigo Lixão do Roger</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 235.662,61
Valor Contratado	US\$ 210.720,95
Status	Concluído
<b>Avanço</b>	
Aprovação dos Produtos finais do Consórcio Terra&Promon.	
<b>Dificuldades</b>	
Atrasos na entrega dos produtos devido a diversos ajustes para aprovação. Atraso da CAGEPA para realizar nova análise de viabilidade técnica para tratamento dos lixiviados (projeto de recuperação ambiental).	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Reuniões de alinhamento e apoio técnica para finalização dos produtos. Alternativas para abertura do processo licitatório, sendo dividido em duas fases: 1ª fase (Produto 6, com abertura da LPN semi-integrada) e 2ª fase (Produto 7, com abertura da LPN integrada). Inclusão da Estação de Tratamento de Lixiviados para a 2ª fase das obras, caso não haja deferimento da CAGEPA após nova análise.	

Tabela 35 - Obras do Parque Socioambiental e recuperação do Lixão do Roger

<b>I.1.3.3.1.1 - Obras de recuperação do Lixão do Roger</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 5.080.535,39
Valor Contratado	US\$ 4.681.378,92
Status	Em execução

<b>Avanço</b>	
Assinatura de contrato com Consórcio Cetus Lomacón João Pessoa e emissão da 1ª Ordem de Serviço (28/12/2023).	
<b>Dificuldades</b>	
Nível de detalhamento do projeto executivo de recuperação ambiental insuficiente para abertura do processo licitatório das obras. Durante o certame, houve questionamentos dos licitantes sobre orçamento elaborado pelo Consórcio Terra&Promon.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Contratação semi-integrada, permitindo à contratada optar por método construtivo diferente do proposto no projeto básico. A Gerenciadora, por solicitação da UEP, realizou análise técnica e apoiou nos ajustes de orçamento, com aumento de aproximadamente R\$ 4,7 milhões.	

<b>I.1.3.3.1.2 - Projeto e execução das Obras do Parque Socioambiental do Roger 2º Etapa</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 7.006.248,00
Valor Contratado	US -
Status	Previsto para o 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Abertura do processo licitatório (20/12/2023).	
<b>Dificuldades</b>	
Aprovação do Produto 7 com orçamento inconsistente. Nível de detalhamento insuficiente para abertura do processo licitatório das obras.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
A Gerenciadora, por solicitação da UEP, elaborou o orçamento. Produto 7 considerado anteprojeto (masterplan) para contratação por empreitada integral (Art. 5º - Lei nº 14.133/2021 e normatizado pelo Decreto Municipal 10.372/2023 e Decreto 10.265/2023); assim, a empresa será responsável por desenvolver os projetos básicos e executivos, com comprovação da viabilidade técnica e econômica aprovada pelo Órgão.	

## 5. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Este componente tem como objetivo apoiar o governo municipal na modernização dos instrumentos de gestão e na prestação de serviços públicos e ampliar a arrecadação tributária. Os itens estão organizados segundo ordem do Plano de Execução Plurianual (PEP).

### 5.1. SUBCOMPONENTE I.2.1 – MELHORAMENTO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA

Será financiada:

- (i) a implementação de um novo modelo de gestão da arrecadação e dos contribuintes;
- (ii) a atualização do cadastro de valores imobiliários;
- (iii) a implementação de um novo modelo de gestão de contribuintes, de cobrança e um sistema de administração tributária, de programa de inteligência e de educação fiscal.

#### 5.1.1. PLANTA GENÉRICA DE VALORES

Tabela 36 - Planta PGV atualizada

Produto - Planta PGV	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 4.074.750,00
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

#### DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

São ferramentas que irão agilizar a política tributária municipal, irão otimizar e planta de valores imobiliários.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 37 - Serviço para atualização da Planta Genérica de Valores - PGV

I.2.1.2.2 - Serviço para atualização da Planta Genérica de Valores - PGV	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.726.000,00
Valor Contratado	US\$ 3.661.625,00
Status	Contrato concluído
Avanço	
Cadastro Multifinalitário concluído e entregue, atendendo as metas da PMR, produtos finalizados e contrato concluído.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

## 5.1.2. NOVO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Tabela 38 - Novo sistema de administração tributária

<b>Produto - Novo sistema de administração tributária</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 4.837.834,00
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

### DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Ao longo dos anos a Secretaria Municipal da Receita realizou diversos investimentos na área de Tecnologia da Informação - aquisição de hardwares, softwares, capacitação de pessoal, desenvolvimento de sistemas, inovação - visando elevar os níveis de prestação de serviços aos contribuintes e de eficiência e eficácia em sua missão de assegurar e gerir com transparência e efetividade os recursos financeiros para a manutenção e o desenvolvimento do Município. Em que pese o uso de tais ferramentas não faça parte do rol de atividades-fim da Secretaria Municipal da Receita, é inegável que o emprego da Tecnologia da Informação, especialmente por meio da informatização dos processos, tornou-se indispensável ao eficiente cumprimento das suas atribuições institucionais.

Desse modo, a aquisição de uma nova SOLUÇÃO DE GESTÃO TRIBUTÁRIA é indispensável e se justifica na necessidade de atualização e evolução tecnológica – haja vista o atual sistema encontra-se obsoleto utilizando-se de tecnologias defasadas, acarretando dificuldades de manutenção, além da crescente escassez e alto custo dos profissionais qualificados para operá-los e porque permitirá ao contribuinte maior facilidade no cumprimento de suas obrigações tributárias através de sistemas e aplicativos disponíveis na web, sem comprometimento da segurança e privacidade, proporcionando melhoria na relação fisco contribuinte e, conseqüentemente, na arrecadação.

A seguir podem ser observados os avanços desta intervenção.

Tabela 39 - Solução Integrada de Gestão Tributária

<b>I.2.1.4.1 - Solução Integrada de Gestão Tributária</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.837.834,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Com a conclusão das discussões da reforma tributária no Congresso Nacional o Termo de referência foi concluído. Após análise dos órgãos de controle (PGM E CGM) realizou-se os devidos ajustes e em seguida a publicação do edital na segunda quinzena de novembro e licitação na primeira quinzena de dezembro de 2023.	
<b>Dificuldades</b>	
Necessidade de suspensão no processo licitatório devido questionamentos técnico e jurídico.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Foram respondidos os questionamentos técnico e jurídico e previsão de divulgação do novo edital licitatório para janeiro de 2024.	

### 5.1.3. DATA CENTER

Tabela 40 - Data Center

<b>Produto - Data Center</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 4.789.658,08
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

#### **DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Execução de Obras, Aquisição de Infraestrutura do Data Center, de Equipamentos de Informática e Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de Tecnologia da Informação.

Conforme o envio da PMR em agosto/2023, as duas etapas previstas para 2023 referentes a Sala Segura Principal e o Sitebackup, foram concluídas, conforme pode ser observado nas Figuras 24 e 25 abaixo.



Figura 24 - DataCenter CAM PMJP 01

Fonte: PMJP, (2023).



Figura 25 - DataCenter CAM PMJP 02

Fonte: PMJP, (2023).

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 41 - Aquisição de Infraestrutura Data Center

<b>1.2.1.6.2 - Aquisição de Infraestrutura (Sala Segura) e Equipamentos de Informática para o Data Center.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.236.250,00
Valor Contratado	US\$ 2.698.179,17
Status	Em execução
<b>Avanço</b>	
<p>Montagem e conclusão da base de concreto no Centro Administrativo Municipal (CAM) e no Centro de Cooperação da Cidade (CCC) para receber a sala segura.</p> <p>Instalação dos equipamentos de segurança, equipamentos de gás contra incêndio, equipamentos de refrigeração e equipamentos de monitoramento da Sala Segura no Centro Administrativo Municipal (CAM) e no Centro de Cooperação da Cidade (CCC).</p> <p>Instalação dos equipamentos referente ao Data Center e de Hiper convergência.</p> <p>Instalação dos softwares licenciados (Windows Server, Banco de dados Oracle, etc.) adquiridos pelo Programa João Pessoa Sustentável e softwares embarcados na solução da hiper convergência.</p> <p>Instalação e adequação da rede elétrica e rede lógica para start da Sala Segura e Equipamentos instalados anteriormente.</p> <p>Sala Segura, Data Center + Hiper convergência em operação e migração dos sistemas proprietários da Prefeitura.</p>	
<b>Dificuldades</b>	
Não se aplica.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Não se aplica.	

Tabela 42 - Serviços de adequação da rede elétrica, lógica e civis da infraestrutura física, instalação de software, suporte técnico e treinamento para o Data Center.

<b>1.2.1.6.6 - Serviços de adequação da rede elétrica, lógica e civis da infraestrutura física, instalação de software, suporte técnico e treinamento para o Data Center.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.500.000,00
Valor Contratado	US\$ 1.444.677,97
Status	Em Execução

<b>Avanço</b>
<p>Montagem e conclusão da base de concreto no Centro Administrativo Municipal (CAM) e no Centro de Cooperação da Cidade (CCC) para receber a sala segura.</p> <p>Instalação dos equipamentos de segurança, equipamentos de gás contra incêndio, equipamentos de refrigeração e equipamentos de monitoramento da Sala Segura no Centro Administrativo Municipal (CAM) e no Centro de Cooperação da Cidade (CCC).</p> <p>Instalação dos equipamentos referente ao Data Center e de Hiper convergência.</p> <p>Instalação dos softwares licenciados (Windows Server, Banco de dados Oracle, etc.) adquiridos pelo Programa João Pessoa Sustentável e softwares embarcados na solução da hiper convergência.</p> <p>Instalação e adequação da rede elétrica e rede lógica para start da Sala Segura e Equipamentos instalados anteriormente.</p> <p>Sala Segura, Data Center + Hiper convergência em operação e migração dos sistemas proprietários da Prefeitura.</p>
<b>Dificuldades</b>
Não se aplica.
<b>Ação para a Dificuldade</b>
Não se aplica.

## 5.2. SUBCOMPONENTE I.2.2 – MELHORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Este subcomponente financiará as seguintes atividades:

- (i) apoio à reestruturação organizacional de órgãos municipais vinculados ao Programa;
- (ii) capacitação dos servidores públicos municipais, no âmbito da implementação da escola de governo;
- (iii) modernização da gestão patrimonial;
- (iv) aperfeiçoamento do sistema de gestão financeira e contábil municipal;
- (v) melhoramento da gestão das compras municipais;
- (vi) implementação de uma gestão financeira focada na melhoria dos gastos;
- (vii) melhoramento do planejamento e gestão da assistência social;
- (viii) implementação de modelo de atuação da defesa civil municipal;
- (ix) aperfeiçoamento do sistema de serviços e segurança na área da tecnologia da informação;
- (x) implantação de data center; e
- (xi) implantação de uma sala segura que cumpra com estândares de segurança internacionais.

## 5.2.1. SECRETARIAS COM PLANO DE REESTRUTURAÇÃO

Tabela 43 - Secretarias com plano de reestruturação

<b>Produto - Secretarias com plano de reestruturação</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 6.736.183,99
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

### DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Execução de Obras, Aquisição de móveis e utensílios, de equipamento, de equipamentos para a Secretaria de Meio Ambiente, de equipamentos para laboratório da Secretaria de Meio Ambiente, Software para elaboração de projetos de engenharia para a Prefeitura Municipal de João Pessoa, Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos, Serviços de adequação da rede elétrica e lógica nas secretarias da Administração e Receita, Consultoria para desenvolvimento de modelos de gestão, para atualização de processos, para desenvolvimento de banco de dados, para desenvolver modelos de gestão, para o desenvolvimento de sistema, em gestão administrativa, Capacitação de fiscais e técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, Aquisição de equipamentos de informática e softwares, Locação de imóveis, Aquisição de equipamentos de informática e softwares para a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), para a Secretaria de Administração (SEAD), para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB), para a Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM), para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDES) e para a Defesa Civil.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 44 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA)

<b>I.2.2.1.1 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) que permita o fluxo de veículos, máquinas e equipamentos.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 350.000,00
Valor Contratado	US\$ 307.800,61
Status	Contrato em Execução
<b>Avanço</b>	
Obras em andamento, ao final de dezembro com 77% de avanço. Obra com previsão de finalização no 1º semestre de 2024.	
<b>Dificuldades</b>	
Não aplicável.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Não aplicável.	

Tabela 45 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Gestão Governamental

<b>I.2.2.1.2 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Gestão Governamental (SEGGOV).</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 250.944,76
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Projetos elaborados, Termo de referência e Orçamento concluídos. Em análise pelos Órgãos de Controle.	
<b>Dificuldades</b>	
Foi necessário aumento do montante da aquisição no PA. No envio para aprovação do PA com BID referente ao aumento do montante, foi recebida Objeção para a classificação da aquisição que estava como obra.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Em discussão com o Banco sobre elegibilidade da aquisição.	

Tabela 46 - Aquisição de equipamento para o setor de veterinária do Zooparque

<b>I.2.2.1.30 - Aquisição de infraestrutura de fiscalização e controle para a Secretaria de Meio Ambiente - 2º Etapa.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 91.750,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para o 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Realização do certame em setembro de 2023 para a aquisição de Equipamentos de Apoio para a Fiscalização e Controle da Secretaria de Meio Ambiente -SEMAM. Aguardando a Homologação do Secretário no portal do ComprasNet	
<b>Dificuldades</b>	
Não se aplica.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Não se aplica.	

Tabela 47 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque

<b>I.2.2.1.12 - Consultoria para realizar estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque (BICA)</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 207.500,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Realizada a abertura de proposta comerciais e financeiras, aguardando resposta de diligencia para resposta da proposta vencedora pela Comissão Especial de Licitação.	
<b>Dificuldades</b>	
A abertura das propostas comerciais estava inicialmente prevista para outubro, porém, a planilha da análise da pontuação financeira teve de passar por ajustes.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
A planilha foi revisada e será aberta em 10 de janeiro de 2024.	

Tabela 48 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque

<b>I.2.2.1.28 - Aquisição de Equipamentos para a Secretaria de Comunicação (SECOM) da Prefeitura Municipal de João Pessoa.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 370.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Conclusão da elaboração do Termo de Referência, conclusão do Orçamento estimativo em outubro de 2023. Em dezembro de 2023, adequação do Termo de referência para a nova lei 14.133/2021 (Lei de Licitação). Previsão para encaminhar para os órgãos de controle e posterior divulgação do Edital em janeiro de 2024.	
<b>Dificuldades</b>	
Indefinição para aplicar o marco legal dos processos de licitação da Lei 8.666/93 para a Lei 14.133/21.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Adequação do Termo de referência e anexos.	

Tabela 49 – Aquisição e implementação de passivos POL

<b>I.2.2.1.32 - Aquisição e implementação de passivos POL (Passive Optical Lan).</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 450.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Elaboração do Estudo Técnico Preliminar concluído. Elaboração do Termo de Referência concluído. Análise concluída nos órgãos de controle (PGM e CGM) em dezembro de 2023. Previsão para publicar edital na 2ª quinzena de janeiro de 2024.	
<b>Dificuldades</b>	
Indefinição para aplicar o marco legal dos processos de licitação da Lei 8.666/93 para a Lei 14.133/21.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Definição do marco legal nos processos licitatórios em dezembro de 2023.	

## 5.2.2. ESCOLA DE GOVERNO EAD (ENSINO À DISTÂNCIA)

Tabela 50 - Escola de Governo EAD

<b>Produto - Escola de Governo EAD</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 848.750,00
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

### **DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Consultoria para elaboração da proposta pedagógica da Escola de Governo e Gestão Pública e definição modelo de EAD, para elaboração do Plano de Capacitação do Município, Execução do Plano de Capacitação do Município, Aquisição de equipamentos de informática e softwares para a Escola de Governo (EAD).

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 51 - Consultoria para Escola de Governo e o Plano de Capacitação do Município

<b>I.2.2.2.1 - Consultoria para elaboração da proposta pedagógica da Escola de Governo e o Plano de Capacitação do Município.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 143.750,00
Valor Contratado	US\$ 122.682,00
Status	Em Execução
<b>Avanço</b>	
Processo licitatório concluído em novembro e Ordem de Serviço emitida em dezembro. Início dos trabalhos e entrega do 1º produto em janeiro 2024.	
<b>Dificuldades</b>	
Não se aplica.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Não se aplica.	

### 5.2.3.SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL

Tabela 52 - Sistema de Gestão financeira e contábil

<b>Produto - Sistema de Gestão financeira e contábil</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 2.057.463,45
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

#### **DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Aquisição de equipamentos novos e modernos, como também a otimização dos processos contábeis por meio de um novo sistema orçamentário financeiro que seja eficiente à Prefeitura.

No segundo semestre de 2023 o fiscal do contrato o Sr. Clécio Nascimento emitiu um termo de aceite atestando as entregas do sistema, conforme o ANEXO I. Desta forma, atendendo as metas da PMR.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 53 - Contratação para desenvolvimento do Sistema financeiro e contábil

<b>I.2.2.6.2 - Contratação para implantação e desenvolvimento do Sistema financeiro e contábil.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.968.088,45
Valor Contratado	US\$ 1.968.088,45
Status	Concluído
<b>Avanço</b>	
Concluído em 2023.	
<b>Dificuldades</b>	
Não se aplica.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Não se aplica.	

#### 5.2.4. SISTEMA DE ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL

Tabela 54 - Sistema de atuação da Defesa Civil

<b>Produto - Sistema de atuação da Defesa Civil</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 900.000,00
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

#### **DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Estruturação do órgão municipal de Defesa Civil, para que esteja preparado para o trabalho quando houver necessidades emergenciais, como grandes incidentes, inundações, enchentes, incêndios etc. Assim podendo dar uma resposta mais rápida aos pedidos de auxílio e atuar na prevenção a esses incidentes.

Este item possui relação com a contratação do Consultor Individual para o Plano de Risco e Desastres, onde uma das suas atividades no plano de trabalho será o levantamento e detalhamento dos equipamentos pertinentes a este item. Adicionalmente, o consultor irá elaborar um diagnóstico das atividades e estrutura da defesa civil, além de capacitar a equipe técnica para acompanhar a execução do Plano de Riscos e Desastres.

No 2º semestre de 2023 no envio da PMR em agosto/2023, foi formalizado o atendimento parcial da aquisição dos equipamentos para a Defesa Civil, onde uma parte, como câmeras, barco, mesa touch e automóveis SUV, foram adquiridos na licitação realizada no 1º semestre de 2023 e para os equipamentos que deram errado neste certame anterior,

como caminhão de carga, veículo pick-up, motocicleta, drones e computador, será realizado um novo processo.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 55 - Aquisição de equipamentos para Defesa Civil 3º Etapa

<b>2.2.7.4 - Aquisição de equipamentos para Defesa Civil 3º Etapa</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 635.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Elaborado o Termo de Referência e Orçamento, em análise pelos Órgãos de Controle.	
<b>Dificuldades</b>	
Incerteza na definição das especificações por parte dos agentes da Defesa Civil, houve um atraso na conclusão do Termo de Referência e elaboração do Orçamento.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Realizadas reuniões entre a UEP, a Defesa Civil e o Consultor, também realizadas cotações para definição do melhor modelo.	

## 5.2.5. INFRAESTRUTURA FÍSICA DE TI APERFEIÇOADA

Tabela 56 - Infraestrutura física de TI aperfeiçoada

<b>Produto - Infraestrutura física de TI aperfeiçoada</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 150.000,00
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

### **DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Estruturação da TI da Prefeitura, com equipamentos novos, capacitação dos colaboradores que atuam nessa área e a implantação de um cabeamento bem estruturado.

Não houve evolução física nas demais aquisições deste produto no decorrer do 2º semestre de 2023.

## 5.2.6. MONITORAMENTO E SEGURANÇA PARA IMPLANTAÇÃO DE FIREWALL

Tabela 57 - Sistema de Serviços de monitoramento e segurança para implantação de um firewall na PMJP

<b>Produto - Sistema de Serviços de monitoramento e segurança para implantação de um firewall na PMJP</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 238.125,00
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

### DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estruturação da segurança aos servidores, programas e arquivos dos computadores da Prefeitura.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 58 - Consultor para elaboração do Plano Diretor de Informática

<b>I.2.2.9.2 - Consultor para elaboração do Plano Diretor de Informática.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 119.375,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
<p>Novas adequações no Termo de referência.                      Elaboração de orçamento e encaminhamento para os órgãos de controle (PGM e CGM).                      Publicação do Edital, recebimento e análise dos currículos. Divulgação do resultado previsto para janeiro de 2024.</p>	
<b>Dificuldades</b>	
<p>Morosidade em convocar a equipe técnica para analisar os currículos.</p>	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
<p>Informar que a aquisição faz parte de acordo de carteira e é imprescindível a agilidade no tempo de resposta.</p>	

## 6. COMPONENTE II – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

---

### 6.1. SUBCOMPONENTE II.1 – UEP E AUDITORIA

Trata-se da criação da Unidade Executora do Programa (UEP), seu funcionamento e a contratação de uma empresa consultoria especializada em gestão de projetos para apoiar o gerenciamento dos distintos componentes da operação, incluindo a supervisão de todas as obras de infraestrutura e equipamento urbano. Neste Subcomponente também são contratados serviços de consultoria para avaliação, assim como a auditoria externa contábil financeira e a implementação do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS). Os itens estão organizados segundo ordem do Plano de Execução Plurianual (PEP).

#### 6.1.1. ADITIVO AO CONTRATO DA GERENCIADORA

Conforme Ofício 5.134/2023, de 02/05/2023, a gerenciadora AQUILA apresentou solicitação de:

- a) Prorrogação de prazo de 7 (sete) postos da equipe; e
- b) Inclusão de cláusula de reajuste ao contrato administrativo;

Haja vista que, o Programa João Pessoa Sustentável, por motivos externos a sua gestão, teve que administrar o atraso de 1 (um) ano de sua elegibilidade e ainda, alterações significativas no cronograma de entregas por conta da Pandemia da Covid-19, esse gap temporal de quase 2 (dois) anos, impactou sobremaneira o planejamento inicial do Projeto, incluindo as previsões de força de trabalho dos *stakeholders* como a Gerenciadora AQUILA.

Diante dessas constatações e, ainda, a dilatação de prazo do Programa para junho/2026, no intuito de evitar qualquer descontinuidade em um momento ímpar das ações de políticas públicas urbano-sociais, conforme ofício supracitado, a Gerenciadora apresentou pedido de ampliação de prazo para 7 (sete) postos do seu time, que teriam seus trabalhos encerrados ainda no ano de 2023: Comunicólogo, Técnico(a) em Contabilidade, Técnico(a) Pleno (Orçamentista e Projetista), Arquiteto(a) ou Engenheiro(a) (Planejamento), Técnico(a) em Edificações e Advogado(a).

Paralelamente, a empresa AQUILA apresentou ainda, solicitação de inclusão de cláusula de reajuste ao contrato, uma vez que, o pacto administrativo firmado no ano de 2020 não recebera qualquer atualização financeira desde aquela data.

Os pleitos foram analisados pela Procuradoria Setorial da Unidade Executora do Programa e também pela PROGEM da Prefeitura e, ambos, foram deferidos em janeiro/2024.

## 6.1.2. APOIO AO GERENCIAMENTO PJ FINANCEIRO

Tabela 59 - Apoio ao Gerenciamento PJ Financeiro

<b>Produto - Apoio ao Gerenciamento PJ Financeiro</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 2.209.791,00
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

### DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O sistema de informação financeira permite o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e de outros relatórios relacionados com os recursos do empréstimo e de outras fontes de financiamento.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 60 - Apoio ao Gerenciamento do Programa Financeiro (SISTEMA FINANCEIRO)

<b>II.1.2.1 - Apoio ao Gerenciamento do Programa Financeiro (SISTEMA FINANCEIRO)</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 500.000,00
Valor Contratado	US\$ 388.214,53
Status	Em execução

<b>Avanço</b>
Contrato em execução em conformidade com o previsto, em alinhamento com as ferramentas de planejamento do programa.
<b>Dificuldades</b>
Não se aplica.
<b>Ação para a Dificuldade</b>
Não se aplica.

### 6.1.3. CONSULTORES INDIVIDUAIS

Tabela 61 - Consultores individuais

<b>Produto - Consultores individuais</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 443.209,00
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

#### **DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Estes consultores possuem o objetivo de prover à UEP e demais órgãos envolvidos na execução do Programa o apoio técnico e gerencial.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 62 - Consultor Individual para realizar a avaliação intermediária do Programa

<b>II.3.1.3.2 - Consultor Individual para realizar a avaliação intermediária do Programa</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 134.104,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Edital Publicado em agosto/2023, recebido, analisado os currículos e elaborado o Relatório de Julgamento. No final do semestre o processo estava na fase de contratação.	
<b>Dificuldades</b>	
Não foi recebida a quantidade mínima de currículos.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
O prazo de recebimento dos currículos foi prorrogado.	

Tabela 63 - Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de implantação do CCC

<b>II.3.1.3.5 - Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de implantação do CCC - Segunda Etapa</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 75.000,00
Valor Contratado	US\$ 74.051,00
Status	Em execução
<b>Avanço</b>	
O consultor se reuniu por diversa vezes com o comitê técnico do CCC para readequação do Projeto, para atender o valor existente no Plano de Aquisições. Com os novos prazos, foi necessário em dezembro/2023 iniciar o processo de aditivo ao contrato do Consultor.	
<b>Dificuldades</b>	
Não se aplica.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Não se aplica.	

#### 6.1.4. EQUIPE LOCAL

Tabela 64 - Equipe local

<b>Produto - Equipe local</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 1.923.000,00
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	PMJP

#### DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Equipe da Prefeitura Municipal de João Pessoa, responsável pela execução do programa. Equipe composta pelas Coordenações: Geral, Executiva, de Tecnologia da Informação, Administrativo e Financeiro, de Desenvolvimento Urbano Sustentável, do Centro de Cooperação da Cidade, de Aspectos Ambientais, de Aspectos Sociais e do Fortalecimento da Gestão Pública. Esta Equipe conta ainda com os Assessores Jurídico, de Comunicação e Técnica, como também da Comissão Especial de Licitação.

Tabela 65 - Equipe Local da Unidade Executora do Programa

<b>II.3.1.4.1 - Equipe Local da Unidade Executora do Programa.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.923.000,00
Valor Reconhecido	US\$ US\$ 1.554.653,20 (valor reconhecido acumulado, sendo US\$ 404.467,81 reconhecido em 2023)
Status	Em execução

Avanço
<p>Realização de reuniões contínuas com demais secretarias da PMJP para planejamento das contratações e com os fornecedores já contratados, para garantir que as metas do Programa sejam alcançadas.</p> <p>Conforme descrito no Capítulo 1, ocorreram alterações na equipe da Unidade Executora do Programa.</p>
Dificuldades
Não se aplica.
Ação para a Dificuldade
Não se aplica.

### 6.1.5. SUPERVISÃO DE OBRAS

Tabela 66 – Supervisão de Obras

Produto - Supervisão de Obras	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 2.500.000,00
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

#### DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A Supervisora de Obra da Execução do Programa tem como objetivo prover à UEP e demais órgãos envolvidos na execução do Programa o apoio técnico e gerencial no âmbito da supervisão técnica, ambiental e social das obras e projetos de infraestrutura executados. Apresentar relatórios sucintos sobre o avanço das obras para serem discutidos nas reuniões programadas.

No segundo semestre de 2023, estava em andamento um processo para a contratação da supervisão de obras, mas em outubro/2023 o BID manifestou objeção através da O-CBRO-CSC/CBR-1870/2023, sendo que esta objeção devido ao não cumprimento das políticas de aquisição do banco, considerando que a avaliação técnica efetuada não cumpriu com os requisitos da política de consultores do Banco.

Tendo em vista esse percalço o Banco indicou os seguintes pontos:

- A Prefeitura se compromete a lançar novamente a licitação dos serviços acima referidos e realizar esta contratação, num prazo total máximo de 6 meses, compatível com a modalidade escolhida;
- Frente às dificuldades técnicas expressadas pela UEP para portfólios e propostas

extensas e complexas, o Banco excepcionalmente providenciará uma assistência técnica de apoio;

- A Prefeitura se compromete a compor na maior urgência uma equipe de supervisão de obras, que virá complementar a equipe atualmente mobilizada, para fortalecê-la quantitativamente e qualitativamente. O dispositivo transitório previamente acordado foi dimensionado para obras de pequeno porte (CCC) ou em fase inicial (conjuntos habitacionais) e não atende aos critérios das obras previstas ao longo dos próximos 6 meses: construção dos conjuntos habitacionais, urbanização das comunidades e contenção de encosta.

Tendo em vista as recomendações, na data de 23 de novembro de 2023 o município lançou nova manifestação de interesse, bem como corrigiu todos os pontos arguidos na O-CSC/CBR-1870/2023.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 67 - Consultoria em Supervisão de Obras e Serviços de Engenharia

<b>II.3.1.5.2 - Consultoria em Supervisão de Obras e Serviços de Engenharia</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para o 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Em novembro/2023 foi publicado o chamamento para manifestação de interesse e em dezembro foi elaborada a lista curta. No início de janeiro foi enviado para análise dos Órgãos de Controle, para em seguida ser enviado para a 1ª Não Objeção do BID.	
<b>Dificuldades</b>	
O processo que estava em andamento, no final da fase competitiva, em outubro/2023 recebeu Objeção e teve seu processo revogado.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Iniciado em novembro/2023 um novo processo para contratação.	

## 6.2. SUBCOMPONENTE II.3 – PROGRAMA DO MGAS

Atendendo ao Marco de gestão Ambiental e Social (MGAS), este subcomponente financiará as seguintes atividades:

## 6.2.1. TRABALHO SOCIAL

Tabela 68 - Programas 4,5,14 e 15 do MGAS

<b>Produto - Trabalho Social (Programas 4,5,14 e 15 do MGAS)</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 337.000,00
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

### **DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Contratar Empresa Especializada para Execução de Trabalho Social nas intervenções que serão realizadas no Antigo Lixão do Roger com foco nas atividades de implantação do Programa de Comunicação Social e Gestão de Queixas, Programa de Educação Ambiental e Sanitária, Programa de Controle e Mitigação de Impactos Econômicos Temporários e Serviços e Mecanismos de Consulta Significativa (Programas 4, 5, 14 e 15 do MGAS).

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 69 - Contratação de Empresa Especializada para Trabalho Social

<b>II.3.3.1.1 - Contratação de Empresa Especializada para execução do trabalho social do Antigo Lixão do Roger.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 337.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Edital publicado em agosto/2023, em outubro foi iniciada a análise das propostas e em dezembro realizada homologação, assinatura de contrato prevista para janeiro de 2024.	
<b>Dificuldades</b>	
Não se aplica.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Não se aplica.	

## 6.2.2. INTERVENÇÕES NO RIO JAGUARIBE

Tabela 70 - Programa de Mitigação de Acúmulo de Lixo e Sedimentos no Rio Jaguaribe

<b>Produto - Intervenções no Rio Jaguaribe</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 1.323.000,00
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

### DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Avaliar os possíveis impactos negativos decorrentes das obras do Complexo Beira Rio sobre a qualidade da água e sobre a comunidade afetada, além de monitorar as variações na qualidade da água, face às melhorias incorporadas. Essas atividades visam tornar o ambiente compatível com o uso público, possibilitando assim a implantação do Parque Linear do Jaguaribe.

Para potencializar os efeitos positivos das ações do Programa e evitar efeitos negativos ligados ao acúmulo de lixo nas áreas de APP do Rio Jaguaribe, serão realizados o Projeto de Desassoreamento e Serviço de Desassoreamento do Rio Jaguaribe, voltados à recuperação do calado das calhas do Rio.

No âmbito do Rio Jaguaribe, no segundo semestre de 2023, haviam duas aquisições em andamento: (1) Projeto de Desassoreamento do rio Jaguaribe; e (2) Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do Rio Jaguaribe. Ambas seguem o método de seleção baseada

na qualidade e custo (SBQC).

Referente ao Projeto de Desassoreamento do Rio Jaguaribe, a Solicitação de Propostas ocorreu em agosto/2023, onde das 6 empresas da lista curta, apenas duas enviaram proposta, porém, uma destas descumpriu alguns itens da Solicitação de Propostas e teve sua proposta rejeitada. Foi realizada análise técnica da proposta recebida, ao chegar na análise da proposta financeira, porém, a mesma estava com evidências de sobrepreço. Desta forma, o processo teve de ser revogado e a aquisição sendo reavaliada pela UEP.

Em relação ao Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do Rio Jaguaribe, em agosto/2023 foi publicada a Solicitação de Propostas, das 8 empresas na Lista Curta, apenas uma enviou proposta, em outubro foi realizada a análise da proposta técnica e em seguida da financeira. Em novembro foi solicitado diligência e ocorreu atraso na resposta da empresa, em dezembro foi recebida a resposta e dado prosseguimento ao processo, que tem previsão de assinatura de contrato para o início de 2024.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 71 - Consultoria para Elaboração do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe

<b>II.3.3.9.2 - Consultoria para Elaboração do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe - Programa 8 do MGAS.</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 390.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Validação das propostas técnica e comercial pela comissão de avaliação (Consórcio Nippon Regea). Divulgação do resultado e negociação com o Consórcio.	
<b>Dificuldades</b>	
Atraso na resposta para o pedido de diligência.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Foram buscados mais contatos com a empresa.	

Tabela 72 - Consultoria para elaboração do projeto de desassoreamento do Rio Jaguaribe

<b>II.3.3.2 - Consultoria para elaboração do projeto de desassoreamento do Rio Jaguaribe - Programa 9 do MGAS</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 932.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Em análise
<b>Avanço</b>	
Recebimento da proposta financeira.	
<b>Dificuldades</b>	
Valor apresentado pela licitante quase 300% superior ao orçamento estimativo e com interpretação divergente do escopo.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Pedido de diligência junto à empresa, realização de análise técnica do escopo, bem como apresentação das justificativas.	

### 6.2.3. PROGRAMA DE CONTROLE DE VETORES DE DOENÇAS

Tabela 73 - Programa de Controle de vetores de doenças

<b>Produto - Programa de Controle de vetores de doenças</b>	
<b>Valor Previsto no Plano de Aquisições</b>	US\$ 60.000,00
<b>Fonte de Recurso/Órgão Execut.</b>	BID

#### **DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Evitar e controlar pragas e vetores de doenças, principalmente através de medidas profiláticas, nas áreas de atuação do Programa e principalmente ligadas ao CBR.

A seguir podem ser observados os avanços no 2º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 74 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças

<b>II.3.3.5.1 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças - Programa 12 do MGAS</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 6.000,00
Valor Contratado	US\$ 4.909,79
Status	Contrato em Execução

<b>Avanço</b>
Recebimento de todos os equipamentos. Contrato finalizado. Pagamento dos equipamentos do Contrato nº 02.001/2023 – UEP/SEGGOV.
<b>Dificuldades</b>
Não se aplica.
<b>Ação para a Dificuldade</b>
Não se aplica.

Tabela 75 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças

<b>II.3.3.5.2 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças - Programa 12 do MGAS (2º etapa)</b>	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 54.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2024
<b>Avanço</b>	
Aquisição de duas caminhonetes. Os veículos (caminhonetes cabine dupla) foram homologados para prosseguimento do feito.	
<b>Dificuldades</b>	
Os itens desertos foram duas motocicletas e uma impressora multifuncional.	
<b>Ação para a Dificuldade</b>	
Alinhar com GVAZ sobre a aquisição dos itens desertos, tendo em vista as licitações fracassadas.	

## 7. COMUNICAÇÃO

---

Este relatório fornece uma visão detalhada das atividades de comunicação conduzidas pelo Programa João Pessoa Sustentável nos últimos seis meses, destacando as estratégias implementadas, os desafios enfrentados e os resultados obtidos.

- Sistema de Queixas e Reclamações (SQR) e Plataforma João Pessoa na Palma da Mão:
  - A equipe de comunicação do Programa, em colaboração com a equipe responsável pelo Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC), trabalhou na reformulação do Sistema de Queixas e Reclamações (SQR);
  - Apesar da tentativa de integrar o SQR à plataforma João Pessoa na Palma da Mão, o modelo desenvolvido não atendeu completamente às necessidades do Programa, especialmente no contexto do Complexo Beira Rio, exigindo uma revisão e reformulação futura a pedido do BID. Por este motivo, a ferramenta não foi implementada.
- Ações de Comunicação
  - Site: o site do Programa foi atualizado em conformidade com as diretrizes fornecidas pelo BID, garantindo que as informações disponíveis sejam precisas, atualizadas e acessíveis ao público;
  - Instagram: a criação de um perfil no Instagram permitiu ao Programa compartilhar regularmente as atividades realizadas, promovendo transparência e engajamento com as comunidades atendidas;
  - WhatsApp: utilização de mensagens de áudio nos grupos de WhatsApp dos Elos ampliou significativamente o alcance das comunicações, alcançando um número maior de moradores e facilitando a compreensão das informações;
  - Visitas às Obras: a realização de visitas às obras em conjunto com o Comitê de Obras formado por moradores do Complexo Beira Rio demonstra o compromisso do Programa em envolver a comunidade no processo de desenvolvimento e implementação das iniciativas;
  - Reuniões e Alinhamentos: as reuniões semanais com a equipe de comunicação do PDC e com a equipe social do Programa visam identificar desafios, discutir estratégias e implementar ações para melhorar a eficácia das comunicações.

- Reuniões nas Comunidades: o acompanhamento das reuniões nas comunidades São Rafael e Padre Hildon Bandeira permitiu esclarecer dúvidas e fornecer informações relevantes sobre o processo de reassentamento das famílias em áreas de risco, fortalecendo a confiança e o engajamento dos moradores;
- Divulgação de Cursos: a divulgação dos cursos oferecidos para mulheres do Complexo Beira Rio na construção civil representa um esforço significativo para promover a capacitação profissional e o empoderamento econômico das mulheres na comunidade. Tudo foi amplamente publicizado pela imprensa local;
- Ampla Cobertura das Entregas das Compras Assistidas: a equipe de comunicação do Programa João Pessoa Sustentável realizou uma ampla cobertura das entregas das compras assistidas. Foram produzidos releases, fotos e vídeos que capturaram os momentos das entregas, destacando a importância e o impacto positivo dessas iniciativas para as comunidades atendidas. O conteúdo gerado foi disseminado de forma estratégica nas redes sociais, nos sites do Programa João Pessoa Sustentável e da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), alcançando um público mais amplo e aumentando a visibilidade das ações do Programa. Importante destacar que a divulgação dessas entregas contribuiu para fortalecer o relacionamento com as comunidades, demonstrando o compromisso do Programa em atender às necessidades e melhorar a qualidade de vida dos moradores;
- Resposta a Incidentes: depois de Operação Policial na comunidade Tito Silva e denúncia de que traficantes estavam 'roubando' benefícios da compra assistida, trabalhamos, com rápida resposta e ação conseguimos reverter a percepção negativa da cidade, demonstrando a capacidade do Programa em lidar com situações de crise e proteger a integridade e reputação do mesmo;
- Consulta Pública e Plano de Comunicação: elaboramos um novo plano de comunicação, incluindo a consulta pública do Centro de Cooperação da Cidade (CCC) com artistas do Celeiro Espaço Criativo que serão realocados. O trabalho reflete o compromisso contínuo do Programa em promover a participação e o envolvimento das partes interessadas;
- Divulgação Constante: a divulgação regular por meio de releases publicados nos sites do Programa João Pessoa Sustentável e da Prefeitura de João Pessoa contribuiu para manter o público informado sobre as atividades e iniciativas em andamento.
- Acompanhamento de atividades:
  - O acompanhamento próximo das atividades no antigo lixão, incluindo a assinatura

da ordem de serviço para início dos trabalhos de recuperação da área, foi feito de forma efetiva. Atendemos a mídia local e a abastecemos de informações que foram divulgadas para toda a cidade;

- o Todas as ações aqui mencionadas refletem o empenho e a dedicação da equipe de comunicação do Programa João Pessoa Sustentável em promover a transparência, o engajamento e a participação ativa das comunidades atendidas, contribuindo para o alcance dos objetivos e resultados esperados.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO PROGRAMA

---

No segundo semestre de 2023 ocorreram avanços nos processos de aquisição que estavam em andamento, tais como:

- 11 Processos homologados no 2º semestre de 2023:
  - Contratação de consultoria técnica para elaborar a proposta pedagógica para os cursos na modalidade de educação a distância EaD da Escola de Governo da Prefeitura de João Pessoa e elaborar o Plano de Capacitação dos servidores do Município
  - Consultoria Individual para elaborar proposta de Viabilidade de Implantação de conjunto comercial para o Lote 3 do Complexo Beira Rio
  - Aquisição de equipamentos e veículos para agerência de vigilância ambiental e zoonoses para realizar controle de vetores programa de controle de vetores de doenças
  - Aquisição de Equipamentos de Apoio para a Fiscalização e Controle da Secretaria de Meio Ambiente -SEMAM
  - Empresa especializada para execução de Trabalho Social no Antigo Lixão do Roger
  - Serviço de Construção Implantação e Suporte de Ferramenta Web do Tipo Portal com Webmapping para Gerenciamento de Riscos e Desastres da Prefeitura Municipal de João Pessoa
  - Consultoria Individual para apoiar a Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil
  - Aquisição de Licenças - Autodesk Architecture Engineering Construction Collection
  - Construção da Infraestrutura Urbana das Oito Comunidades do Complexo Beira Rio
  - Obras da 1 etapa de Recuperação e Parque Ambiental do Antigo Lixão do Roger
  - Serviço e execução de Regularização Fundiária no Complexo Beira Rio

As contratações realizadas no semestre representam um valor aproximado de US\$ 7,5 Milhões de dólares.

Como aplicado em períodos anteriores, estão sendo mantidas as ações para a gestão do programa, foram instituídas ações no nível Estratégico, Tático e Operacional. A UEP em conjunto com a Gerenciadora tem buscado analisar cada entrega do Programa, para que o objetivo final de cada produto possa ser alcançado da forma mais ágil e na maior qualidade,

seguindo todos fluxos necessários. Ocorrem reuniões semanais com as coordenações sobre os avanços de cada entrega que está sob sua responsabilidade, de forma mensal ocorrem as reuniões de monitoramento com o BID para apresentação dos avanços que ocorreram nas semanas e apresentação de novas ideias e planejamento para a execução.

## 9. ANEXO I

---